



**ATA DA 34ª SESSÃO SEMANAL DA COMISSÃO DE
FINANÇAS, ORÇAMENTO, OBRAS, SERVIÇOS
PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO URBANO – CFO
DATA DE REALIZAÇÃO: 22 DE SETEMBRO DE 2021**

Às 13h47 do dia 22 de setembro de 2021, no Auditório Vereador José Nantala Bádue da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, localizada na Praça Hafiz Abi Chedid nº 125, com a presença dos vereadores Fabiana Alessandri, presidente, Tião do Fórum, vice-presidente, Fábio Nascimento e Rita Leme, membros, foram declarados abertos, sob a presidência do primeiro, os trabalhos da 34ª sessão da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano no exercício. O edil Marco Leitão chegou posteriormente. No decorrer da sessão, a presidente Fabiana Alessandri registrou a presença do secretário municipal de Finanças, Luciano Aparecido de Lima, do chefe da Divisão de Assuntos Parlamentares, Mauro Aparecido Garcia Banhos, e das pessoas cujos nomes constam na lista que fica fazendo parte desta ata como Anexo I. Foi cumprida a seguinte pauta: **1 Deliberação de atas de sessões anteriores:** Foi aprovada por unanimidade, sem manifestações, a ata da 33ª sessão semanal desta comissão, realizada em 15 de setembro de 2021; **2 Análise de matérias em trâmite:** não constaram matérias; **3 Audiência Pública, solicitada pelo Executivo Municipal, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2021, conforme prevê o § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.** Com a palavra, o secretário municipal de Finanças, **Luciano Aparecido de Lima**, saudou a todos, agradeceu o espaço cedido e destacou a importância de demonstrar, de forma transparente, as execuções orçamentárias da Prefeitura. Registrou também a presença de membros da sua equipe e dos técnicos que fizeram as audiências públicas temáticas e parabenizou os profissionais da área de contabilidade pelo Dia do Contador. Ato contínuo, dando início à explanação e utilizando como base o material que consta nesta ata como Anexo II, apresentou as receitas dos últimos 12 meses, que totalizam R\$ 659.414.083,52, e disse que o crescimento gradativo desse montante a cada ano se justifica pelo aumento no Índice de Participação dos Municípios – IPM. Afirmou que a arrecadação vem em uma crescente desde 2017 e que o Município conseguiu, no último quadriênio, sanear todas as dívidas herdadas dos governos anteriores, que chegaram a quase 200 milhões de reais. Na sequência, falou sobre as despesas e os restos a pagar, cujo valor – R\$ 18.791.640,03 – já se encontra empenhado dentro do orçamento aguardando a

prestação dos serviços e a entrega dos materiais, e apresentou o balanço orçamentário, com as receitas realizadas – R\$ 471.547.468,20 –, as despesas liquidadas – R\$ 364.282.128,73 – e o *superávit* de R\$ 107.265.339,47. Apresentou também o montante da dívida pública, destacando que a despesa com pessoal se encontra em 34,19% do total arrecadado e que esse percentual se deve ao aumento gradativo da receita e à Lei Complementar nº 173/2020, do Governo Federal, que bloqueou aumentos salariais e novas nomeações, e ressaltou que a dívida consolidada se encontra em zero, o que indica que possíveis empréstimos ou financiamentos caberiam tranquilamente no orçamento da Prefeitura. Ato contínuo, lembrou os repasses da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, após contrato firmado com a Prefeitura, e dos recursos do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Finisa, aprovados pela Câmara Municipal, que viabilizaram a compra de máquinas e equipamentos e a reforma de próprios públicos. Falou também que, de um limite de 7%, a Prefeitura utilizou apenas 0,44% em operações de crédito e mostrou as aplicações em ensino e saúde até o momento – 28,09% e 25,27% da receita, respectivamente. Explicou que, embora o Senado Federal tenha aprovado uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC isentando os municípios da obrigatoriedade de aplicar 25% da receita em educação nos anos de 2020 e 2021, a atual Administração vai trabalhar para que esse percentual seja atingido. Na sequência, apresentou um histórico das dívidas herdadas, que somam R\$ 195.425.619,60, destacando que os R\$ 9.292.666,34 que ainda não foram pagos já estão parcelados, e contou que os R\$ 60.000.000,00 de precatórios foram julgados improcedentes. Reforçou que o Índice de Participação dos Municípios – IPM vem aumentando desde 2017, mostrou um comparativo com outros municípios da região, registrando que Bragança Paulista ultrapassou Atibaia pela primeira vez, e falou da melhora no *rating* junto ao Tesouro Nacional, que passou de C em 2017 para A em 2021. Disse que esse resultado demonstra a saúde financeira do Município e confirma que o prefeito está no caminho certo; **4 Audiência Pública, solicitada pelo Executivo Municipal, para apresentação do projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA 2022.** Com a palavra, o secretário **Luciano Aparecido de Lima** explicou que o prefeito acompanhou todo o processo de elaboração da LOA e que cada secretário fez o seu orçamento, de acordo com as necessidades demandadas pelos vereadores, pela população e pelos conselhos municipais. Disse que a peça atual, elaborada com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, vai ser protocolada na Câmara no dia 30 de setembro e que está bastante consistente, com situações que poderão ser executadas com tranquilidade em 2022. Ato contínuo, dando início à apresentação e utilizando como base o material que consta nessa ata como Anexo III, mostrou a previsão das receitas e despesas para o próximo ano e disse que, enquanto as estimativas de arrecadação para 2021 foram mais



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

conservadoras por conta dos reflexos da pandemia, a previsão para 2022 é mais arrojada, com um orçamento de R\$ 652.819.728,00. Na sequência, mostrou as fontes dos recursos, detalhando cada uma, e apresentou as despesas divididas por secretaria, ressaltando que foram feitas audiências públicas temáticas nas pastas de Educação, de Saúde, de Ação e Assistência Social e de Cultura e Turismo. Ao final, destacou que R\$ 19.000.000,00 serão repassados à Câmara Municipal e que a presidente da Casa, junto aos vereadores, conseguiu uma economia significativa no orçamento. Dando sequência, o chefe da Divisão de Apoio Escolar, **Sérgio José Fagundes Júnior**, fez uso da palavra, comentou sobre as aplicações em ensino, que devem chegar a 25,01%, e explicou que a base de cálculo não inclui todo o montante arrecadado e sim as receitas de impostos e transferências, que somam R\$ 493.909.500,00. Falou também dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, afirmando que 91,23% serão aplicados na folha de pagamento e 8,77% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, que envolve a remuneração de serventes, secretários e outros profissionais que trabalham em escolas e não são considerados pela lei como profissionais da educação. Por fim, mostrou as despesas previstas, que somam R\$ 201.080.722,00, classificando-as em gastos com pessoal, custeio e investimento. Para complementar, o secretário **Luciano Aparecido de Lima** destacou que 20% das receitas constitucionais vão para o Fundeb e depois retornam ao município com base no número de alunos da rede municipal. Dando continuidade, a coordenadora do Fundo Municipal de Saúde – FMS, **Gabriela Corrêa Bittencourt**, fez uso da palavra e explicou que a base de cálculo para aplicação em Saúde é a mesma utilizada em Educação. Disse que o percentual mínimo exigido por lei corresponde a 15% da receita, mas que a previsão para 2022 chega a 23,35%. Antes de encerrar, mostrou as fontes de recurso e também as despesas, que somam R\$ 151.183.000,00. Na sequência, a gestora financeira do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, **Adriela de Souza Curci**, também apresentou a estimativa de receitas e despesas – no total de R\$ 34.142.300,00 – para a pasta de Ação e Desenvolvimento Social, dividindo os valores por blocos de financiamento. Novamente com a palavra, o secretário **Luciano Aparecido de Lima** lembrou a Lei nº 4.781/2021, que instituiu o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego e Qualificação Profissional, afirmando que estão previstos dez milhões de reais para esse projeto no próximo ano e que a Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social – Semads é a gestora desse recurso. Disse que o programa deu muito certo e que o prefeito fez questão de reservar um valor no orçamento de 2022 para garantir sua continuidade. Por fim, falou das despesas com pessoal, que correspondem a 35,84% do orçamento, e mencionou que a base de cálculo é a receita corrente líquida. Destacou

também que, se o IPM continuar aumentando, há a possibilidade de conseguir ainda mais recursos para a cidade advindos do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Explicou que a receita desse imposto é enviada ao Estado, que repassa 50% para o Governo Federal, fica com 25% e divide o restante com os municípios, de acordo com o IPM. Encerrada a apresentação, a presidente **Fabiana Alessandri** cumprimentou o secretário e toda a sua equipe, enalteceu o trabalho que vem sendo feito e questionou as despesas com média e alta complexidade, no valor de R\$ 78.893.000,00, dentro da pasta de Saúde. Em resposta, a coordenadora do FMS, **Gabriela Corrêa Bittencourt**, disse que esse montante diz respeito às Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, aos Ambulatórios Médicos de Especialidades – AMEs, aos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, ao Espaço do Adolescente, aos Centros de Fisioterapia e Fonoaudiologia, entre outros. A presidente **Fabiana Alessandri** perguntou então se inclui os repasses do município ao Hospital Universitário São Francisco – HUSF e a coordenadora **Gabriela Corrêa Bittencourt** deu resposta negativa, afirmando que só entram os empenhos da Santa Casa de Misericórdia, mas relacionados a serviços prestados e não repasse direto. Novamente com a palavra, a presidente **Fabiana Alessandri** questionou o valor reservado à valorização de servidores municipais dentro da pasta de Ação e Desenvolvimento Social e a gestora do FMAS, **Adriela de Souza Curci**, disse se tratar de um bloco de financiamento específico para pagamento de estagiários. Destacou também que o bloco de proteção social especial de alta complexidade está com um valor maior porque inclui o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego e Qualificação Profissional, que vem sendo pago com recursos próprios. Na sequência, o vereador **Fábio Nascimento** saudou a todos, cumprimentou o secretário, sua equipe e o prefeito, destacando que, quando o atual governo assumiu, a saúde financeira do município estava bem prejudicada, e disse acreditar que o Poder Executivo vai continuar se empenhando para que Bragança Paulista avance cada vez mais. O vereador **Tião do Fórum** também parabenizou o secretário e sua equipe e disse que o bom trabalho que vem sendo realizado deixa o prefeito e o vice mais confortáveis. Falou da evolução na parte orçamentária e contou que foi vereador em outras administrações e que lembra a dificuldade dos ex-prefeitos João Afonso Sólis e Fernão Dias da Silva Leme para gerir as finanças da Prefeitura, com escassez de recursos. A vereadora **Rita Leme** também fez uso da palavra, disse que a sua dúvida com relação à valorização dos servidores já havia sido sanada e registrou o orgulho que sente de ter uma equipe de Finanças tão boa, que presta contas de tudo com tanta clareza, confiança e transparência. Novamente com a palavra, a presidente **Fabiana Alessandri** fez uma síntese do que foi apresentado,



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

ressaltando o cumprimento dos percentuais exigidos pela Constituição no que diz respeito às aplicações em ensino e saúde, e disse que essa prestação de contas demonstra equilíbrio fiscal e controle dos gastos públicos. Destacou também a desburocratização dos serviços para o contribuinte e perguntou se na elaboração do orçamento de 2022 foram considerados os reflexos da pandemia. O secretário **Luciano Aparecido de Lima** agradeceu as palavras dos vereadores e disse que o atual cenário do país foi levado em conta no processo de elaboração da peça orçamentária. Explicou que o histórico de cada tributo foi analisado e que todas as possibilidades de arrecadação vêm sendo estudadas, incluindo o Programa de Recuperação Fiscal – Refis. Afirmou também que tem consciência do cenário pós-pandêmico, mas também da retomada da economia, e destacou que não há previsão de novos auxílios por parte do Governo Federal. Por fim, disse que há um cuidado para que o orçamento não fique superestimado e nem muito abaixo, mas dentro de uma realidade que permita o cumprimento do plano de governo e das obrigações do município. Novamente com a palavra, o vereador **Tião do Fórum** perguntou se existe a possibilidade de lançar o Refis ainda este ano e o secretário **Luciano Aparecido de Lima** reiterou que estão sendo feitos estudos sobre a questão, até porque grande parte da dívida envolve o Poder Judiciário. Disse também que, se o programa for lançado agora, talvez não seja possível oferecer tanto desconto, como pode ocorrer com um cenário melhor. Ainda com a palavra, apresentou um breve histórico da arrecadação com o Refis nos últimos anos – 9 milhões de reais em 2015, 18 milhões de reais em 2017 e 34 milhões de reais em 2019 – e disse que na última edição, 48% do valor arrecadado foi parcelado eletronicamente, o que revela a importância da desburocratização do sistema. Afirmou também que vem tentando fortalecer o canal eletrônico por meio do aplicativo Cidadão Bragantino, que foi lançado oficialmente em abril de 2020 e oferece serviços de forma mais rápida e fácil. Ato contínuo, a presidente **Fabiana Alessandri** pediu que fosse levado ao prefeito o apelo dos vereadores com relação a uma nova edição do Refis e o edil **Tião do Fórum** opinou que a arrecadação este ano com certeza vai ser ainda maior que a última. Disse que está torcendo pelo sucesso do programa e também falou da importância da desburocratização do sistema, que tornou tudo mais fácil para o contribuinte. Para encerrar, a presidente **Fabiana Alessandri** agradeceu novamente ao secretário e sua equipe, afirmou que a comissão estará sempre de portas abertas para recebê-los e disse esperar que os recursos continuem sendo aplicados de forma consciente. Ao final, enviou um abraço ao prefeito e ao vice. O secretário **Luciano Aparecido de Lima** também se colocou à disposição, registrou seus agradecimentos à presidente da Casa, aos edis, aos servidores municipais, ao chefe da Divisão de Assuntos Parlamentares, Mauro Aparecido Garcia Banhos, e às pessoas que estavam acompanhando pela internet e finalizou destacando a importância da harmonia entre os poderes,

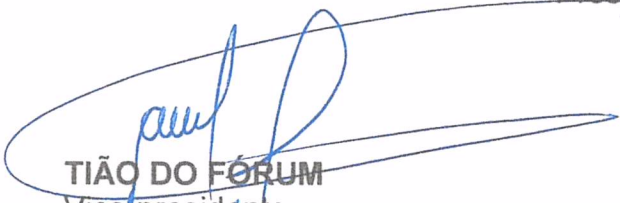
que faz com que a cidade avance ainda mais; **5 Recebimento de matérias para designação de relatoria e notificação de prazos para emissão de parecer: 5.1 Em regime ordinário, com prazo do relator até 29/9/2021 e da comissão até 7/10/2021: 5.1.1 MOÇÃO Nº 107/2021**, da vereadora Missionária Pokaia, que requer, por meio de apelo deste Legislativo ao Chefe do Poder Executivo, estudos visando à implantação de espaço para higiene pessoal e lavagem de vestimentas destinada às pessoas em situação de rua e vulnerabilidade do Município. **Relator designado: Fábio Nascimento; 5.1.2 MOÇÃO Nº 108/2021**, da vereadora Rita Leme, que requer, por meio de apelo deste Legislativo ao Chefe do Poder Executivo, estudos visando à realização de parcerias entre o Fundo Social de Solidariedade e entidades assistenciais e educacionais para inserção laboral das pessoas com deficiência. **Relatora designada: Fabiana Alessandri; 5.1.3 MOÇÃO Nº 109/2021**, da vereadora Camila Marino da Saúde, que requer, por meio de apelo deste Legislativo ao Chefe do Poder Executivo, estudos visando ao fornecimento gratuito de óculos de grau para os estudantes da Rede Municipal de Ensino diagnosticados com problemas oftalmológicos. **Relator designado: Fábio Nascimento; 5.1.4 MOÇÃO Nº 110/2021**, do vereador Marcos Roberto dos Santos, que requer, por meio de apelo deste Legislativo ao Chefe do Poder Executivo, estudos visando à instalação de uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC no Município. **Relatora designada: Fabiana Alessandri; 5.1.5 PROJETO DE LEI Nº 54/2021**, do Executivo Municipal, que institui o Programa Municipal de Alimentação Escolar – PMAE. **Relatora designada: Fabiana Alessandri; 5.1.6 MOÇÃO Nº 111/2021**, da vereadora Gislene Cristiane Bueno - Gi Borboleta, que requer, por meio de apelo deste Legislativo ao Chefe do Poder Executivo, estudos visando à criação do Cadastro Municipal de Protetores e Cuidadores de Animais em Situação de Abandono ou Risco. **Relator designado: Marco Leitão; 5.1.7 MOÇÃO Nº 112/2021**, da vereadora Rita Leme, que requer, por meio de apelo deste Legislativo ao Chefe do Poder Executivo, estudos visando à realização de um censo para levantamento de dados socioeconômicos da população com deficiência residente em nosso Município. **Relator designado: Tião do Fórum; 6 Outros assuntos de competência da comissão:** A presidente **Fabiana Alessandri** informou que, conforme solicitado pelos vereadores, o chefe da Divisão de Regularização de Parcelamento do Solo – Resolo, Sr. Rafael de Oliveira, estará presente na próxima sessão para esclarecer dúvidas. Pediu à assessoria para confirmar se o encontro será na Casa mesmo ou na Prefeitura; **7 Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, os trabalhos desta sessão foram encerrados às 15h, ficando os vereadores convocados para a 35ª sessão da CFO no exercício, a ser realizada neste auditório em 29 de setembro de 2021, a partir das 13h30. De tudo quanto houve, eu, Glaucia Orla Glaucia Mariana Cesila Ferreira, Assistente de Gestão Legislativa, lavrei a presente ata, revisada por

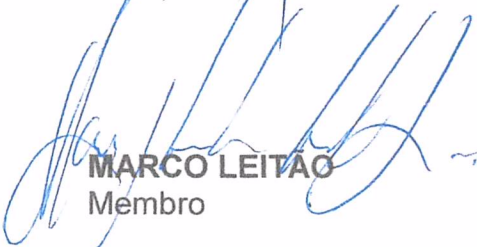


CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Marcelo Martins Marcelo Martins, Especialista em Gestão Legislativa, que, lida e considerada conforme, vai assinada pelos integrantes da comissão. Os pronunciamentos constam, na íntegra, dos serviços de gravação da Câmara Municipal, como arquivo permanente. Assessoraram os trabalhos desta sessão os servidores Glaucia Mariana Cesila Ferreira e Muriel Mitsuco Kogima Kiyuna, do Departamento Legislativo, e Fernando Leal Fernandes Júnior, do Departamento de Comunicação Institucional. O assessor de vereador Claudinei Piques também acompanhou os trabalhos. Casa do Poder Legislativo, 27 de setembro de 2021.


FABIANA ALESSANDRI
Presidente


TIÃO DO FÓRUM
Vice-presidente


MARCO LEITÃO
Membro


FÁBIO NASCIMENTO
Membro


RITA LEME
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

LISTA DE PRESENÇA

EVENTO: 34ª sessão da CFO de 2021. DATA: 22/09/2021. LOCAL: Auditório da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista – Praça Hafiz Abi Chedid, 125.

NOME: Cidriela de Souza Curi
ENTIDADE / EMPRESA: Prefeitura - Semadex
CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais FMS TELEFONE: (11) 99822-0782
ENDEREÇO / E-MAIL: cidriela@gmail.com

NOME: Opalmela Corrêa Bittencourt
ENTIDADE / EMPRESA: Secretaria Municipal de Saúde
CARGO: Coordenadora de FMS TELEFONE: (11) 4034-6700
ENDEREÇO / E-MAIL: fm.saudebp@gmail.com

NOME: Luciano Aparecido de Lima
ENTIDADE / EMPRESA: Prefeitura - SMF
CARGO: Secretário de Finanças TELEFONE: 11-6034-2099
ENDEREÇO / E-MAIL: limobraganca@gmail.com

NOME: _____
ENTIDADE / EMPRESA: _____
CARGO: _____ TELEFONE: _____
ENDEREÇO / E-MAIL: _____

NOME: _____
ENTIDADE / EMPRESA: _____
CARGO: _____ TELEFONE: _____
ENDEREÇO / E-MAIL: _____



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

LISTA DE PRESENÇA

EVENTO: 34ª sessão da CFO de 2021. DATA: 22/09/2021. LOCAL: Auditório da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista – Praça Hafiz Abi Chedid, 125.

NOME: ANDRÉ LUIS ALMEIDA MONTINO
ENTIDADE / EMPRESA: PREFEITURA BRAGANÇA PAULISTA
CARGO: COORDENADOR CONTROLE INTERNO TELEFONE: 611995304033
ENDEREÇO / E-MAIL: ANDRE.MONTINO@GMAIL.COM

NOME: JOSE RODRIGUES ALVES
ENTIDADE / EMPRESA: PREFEITURA DE BRAGANÇA PAULISTA
CARGO: CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE TELEFONE: 11 91536281
ENDEREÇO / E-MAIL: JOEALVES1@GMAIL.COM

NOME: Sérgio José Fagundes Junior
ENTIDADE / EMPRESA: Prefeitura B. P.
CARGO: Chefe da Divisão de Apoio Externo TELEFONE: 11 9.9534-1605
ENDEREÇO / E-MAIL: sergioff.sme@braganca.sp.gov.br

NOME: _____
ENTIDADE / EMPRESA: _____
CARGO: _____ TELEFONE: _____
ENDEREÇO / E-MAIL: _____

NOME: _____
ENTIDADE / EMPRESA: _____
CARGO: _____ TELEFONE: _____
ENDEREÇO / E-MAIL: _____

Audiência Pública

METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2021

Fase: Prestação de Contas

Local: Transmissão On-Line - Câmara de Bragança Paulista
22 de setembro de 2021



Agenda:



RECEITAS X DESPESAS – 2º QUADRIMESTRE / 2021

RESULTADOS 2º QUADR. /2021 + GASTOS COM PESSOAL

APLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS / EDUCAÇÃO / SAÚDE 2021

REALIZAÇÕES 2021

DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL (2009 A 2016) PAGAS 2017 a 2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

RECEITAS 2021 / 2º QUADRIMESTRE

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												
	Setembro 2020	Outubro 2020	Novembro 2020	Dezembro 2020	Janeiro 2021	Fevereiro 2021	Março 2021	Abril 2021	Maio 2021	Junho 2021	Julho 2021	Agosto 2021	Total
RECEITAS CORRENTES (I)	53.638.170,28	52.789.884,92	45.268.835,55	64.587.582,37	72.717.799,51	78.238.348,90	76.263.931,61	45.384.645,38	52.786.509,16	54.047.084,73	57.169.038,67	58.108.131,39	711.029.960,47
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.351.329,60	19.975.401,45	15.123.542,38	19.549.712,55	23.432.397,14	35.347.777,39	29.995.238,57	14.459.755,93	18.359.667,98	17.228.116,80	16.832.492,49	17.804.325,60	243.089.937,16
CONTRIBUIÇÕES	47.761,56	47.220,52	46.599,20	143.015,46	0,00	44.041,49	89.810,00	0,00	41.158,00	41.158,00	41.158,00	41.458,00	583.448,22
RECEITA PATRIMONIAL	540.805,01	101.480,35	786.822,20	875.215,45	204.095,50	9.949.182,35	189.154,12	1.179.285,30	357.513,28	329.174,55	707.472,85	708.654,50	14.725.036,46
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.814.855,26	30.108.249,96	27.814.359,40	42.982.170,24	47.103.869,24	33.027.473,50	45.405.685,02	29.025.273,52	34.979.011,65	33.897.870,14	36.198.975,32	38.490.001,38	433.804.007,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.893.544,85	2.559.833,64	1.407.392,30	1.836.188,36	1.876.437,63	865.871,57	1.584.063,60	731.320,82	1.019.158,24	1.855.786,24	1.850.940,01	1.263.333,91	18.827.531,57
Deduções (II)	3.191.375,03	3.385.899,38	3.509.812,58	4.485.295,27	8.670.104,15	4.535.482,95	5.539.384,88	3.546.004,33	4.034.577,01	4.152.311,94	3.922.020,88	4.541.707,05	51.615.876,95
Contribuição do Servidor a R.P.P.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Compensação Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sanções com Aplicação Financeira do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.191.375,03	3.385.899,38	3.509.812,58	4.485.295,27	8.670.104,15	4.535.482,95	5.539.384,88	3.546.004,33	4.034.577,01	4.152.311,94	3.922.020,88	4.541.707,05	51.615.876,95
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	659.414.083,52
-> Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (art. 166, § 1º da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)													659.414.083,52
-> Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (VII) (art. 166, § 1º da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)													659.414.083,52

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

Posição 31/08/2021

DESPESAS 2021 2º QUADRIMESTRE

LRF, artigo 53, inciso V

Período de: 01/07/2021 à 31/08/2021

PODER / ÓRGÃO	Exercícios Anteriores			Movimentação Até o Bimestre				Inscrição ao Final do Exercício		Saldo Até o Bimestre	
	Processados	Não Processados	Liquidação	Pagamentos		Cancelamentos		Processados	Não Processados	Processados	Não Processados
				Processados	Não Processados	Processados	Não Processados				
EXECUTIVO	21.911.302,37	59.240.159,05	37.306.537,96	21.937.195,43	36.069.774,26	74.105,93	4.497.179,30	0,00		0,00	0,00
Prefeitura do Município de Bragança Paulista	21.911.302,37	59.240.159,05	37.306.537,96	21.937.195,43	36.069.774,26	74.105,93	4.497.179,30	0,00		0,00	15.513.205,50
Prefeitura Municipal	17.750.805,27	25.765.870,90	15.646.634,35	17.717.003,37	15.230.475,63	73.905,90	2.439.785,39	0,00		0,00	5.266.301,55
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO ESTADUAIS - VINCULADOS	1.360.584,55	11.609.075,84	6.428.921,56	1.360.584,55	5.895.900,00	0,00	1.032.176,65	0,00		0,00	4.673.967,15
RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - VINCULADOS	301.266,60	7.445.202,04	5.756.264,52	301.266,60	6.581.744,10	0,00	0,00	0,00		0,00	863.487,54
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAL - VINCULADOS	2.318.799,22	6.899.092,89	6.382.605,22	2.318.799,22	6.246.338,00	300,00	1.022.327,15	0,00		0,00	2.630.417,71
OUTROS FONTES DE RECURSOS	139.842,62	9.652,35	5.768,15	139.842,62	6.786,15	0,00	2.954,20	0,00		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	4.471.985,31	2.105.544,37	0,00	2.105.544,37	0,00	0,00	0,00		0,00	2.366.320,94
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO ESTADUAIS - VINCULADOS - EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	42.709,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	42.709,74
LEGISLATIVO	319.904,61	732.102,51	3.828,15	319.904,61	535.348,45	0,00	74.321,43	0,00		0,00	115.434,53
TOTAL	22.231.206,98	59.972.261,57	37.310.566,15	22.257.100,05	36.605.122,71	74.105,93	4.671.500,79	0,00		0,00	15.751.540,03

DRº JESUS ADIB ABI CHEDID
Prefeito Municipal

LUCIANO APARECIDO DE LIMA
Secr. Municipal de Finanças

ANDRÉ LUIS ALMEIDA MONTINO
Controlador Interno

JOSÉ EDUARDO PAVAN
Contador - CRC 1SP189057/O-0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

Posição 31/08/2021

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2021 2º QUADRIMESTRE

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	0,00
Previsão Inicial	546.933.376,00
Previsão Atualizada	546.933.376,00
Receitas Realizadas	471.547.468,20
Deficit Orcamentario	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	91.456.382,26
DESPESAS	0,00
Dotação Inicial	546.933.376,00
Créditos Adicionais	161.237.020,46
Dotação Atualizada	708.170.396,46
Despesas Empenhadas	479.434.743,76
Despesas Liquidadas	364.282.128,73
Despesas Pagas	328.546.690,50
Superavit Orcamentario	107.265.339,47



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

Posição 31/08/2021



Dados inseridos no SICONEF / GOVERNO FEDERAL

MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	659.414.083,52
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	659.414.083,52
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	659.414.083,52

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	225.518.384,50	34,19
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <54,00 %>	356.083.605,10	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <51,30 %>	338.279.424,85	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <48,60 %>	320.475.244,59	48,60

34,19%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA* (DCL) (III) = (I - II)	-227.184.624,73	-34,45
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120 %>	791.296.900,22	120,00

-34,45% = 0%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL		

0% utilizado

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.961.250,66	0,44
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	105.506.253,36	15,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA	46.158.985,85	7,00

0,44%
utilizado

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

Posição 31/08/2021

DESPESAS COM PESSOAL

Dados inseridos no SICONFI / GOVERNO FEDERAL / AUDESP - TCESP.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	659.414.083,52	
(I) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(II) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16º, da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	659.414.083,52	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	225.518.384,56	34,39
LIMITE MÁXIMO (IX) - inciso I do art. 20 da LRF - (54,00%)	356.083.605,10	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) - parágrafo único do art. 22 da LRF - (52,30%)	338.279.424,85	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) - inciso II do § 2º do art. 59 da LRF - (48,60%)	320.475.244,59	48,59

Percentual de Aplicação na Despesa com Pessoal: 41,97% (1º Quadrimestre/2020)
 Percentual de Aplicação na Despesa com Pessoal: 36,85% (2º Quadrimestre/2020)
 Percentual de Aplicação na Despesa com Pessoal: 36,13% (3º Quadrimestre/2020)
 Percentual de Aplicação na Despesa com Pessoal: 33,07% (1º Quadrimestre/2021)

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021 **Posição 31/08/2021**

APLICAÇÃO NO ENSINO

QUADRO 6 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO

Período de 01/01/2021 até 31/08/2021

	RECEITAS DE IMPOSTOS		APLICAÇÕES MÍNIMAS CONSTITUCIONAIS				Retido até o Período	
	Previsão Atualizada	Arrecadado até o período	Previsão Atualizada para o Exercício					
PRÓPRIOS	185.950.000,00	159.755.346,57						
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	79.220.000,00	61.101.494,46	TOTAL(25%)		102.940.000,00	87.094.067,50		
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	146.590.000,00	127.519.428,96						
TOTAL	411.760.000,00	348.376.269,99						
RETELIÇÕES AO FUNDEB	43.962.000,00	37.042.493,06						
RECEITAS LÍQUIDAS	367.798.000,00	311.333.776,93						
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO								
	Dotação Atualizada (para o exercício)	%	Despesa Empenhada (até o período)	%	Despesa Liquidada (até o período)	%	Despesa Paga (até o período)	%
DESPESAS TOTAIS								
TOTAL	123.353.734,47	29,96	97.846.929,11	28,09	74.379.732,12	21,35	72.132.858,27	20,71
ENSINO FUNDAMENTAL	56.690.264,47	13,82	35.897.035,49	10,30	20.038.307,22	5,75	18.646.052,60	5,35
EDUCAÇÃO INFANTIL	22.501.470,00	5,42	24.907.400,56	7,15	17.286.931,84	4,97	16.444.312,61	4,72
RETENÇÕES AO FUNDEB	43.962.000,00	10,68	37.042.493,06	10,63	37.042.493,06	10,63	37.042.493,06	10,63
DESPESAS LÍQUIDAS								
ENSINO FUNDAMENTAL			35.897.035,49	10,30	20.038.307,22	5,75	18.646.052,60	5,35
EDUCAÇÃO INFANTIL			24.907.400,56	7,15	17.286.931,84	4,97	16.444.312,61	4,72
RETENÇÕES AO FUNDEB			37.042.493,06	10,63	37.042.493,06	10,63	37.042.493,06	10,63
TOTAL			97.846.929,11	28,09	74.379.732,12	21,35	72.132.858,27	20,71

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021 **Posição 31/08/2021**

APLICAÇÃO FUNDEB

QUADRO 5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS - FUNDEB
Período de : 01/01/2021 até 31/08/2021

RECEITAS DO FUNDEB			RETENÇÕES AO FUNDEB					
	Previsão Atualizada	Arrecadado até o período	Previsão Atualizada para o Exercício		Retido até o Período			
RECEITAS DE TRANSFERENCIAS	67.294.000,00	58.708.442,02	43.962.000,00		37.042.493,06			
RECEITAS DE APLICACOES FINANCEIRAS	420.000,00	139.036,68						
TOTAL DA RECEITA	67.714.000,00	58.847.478,70						
APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS			APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO					
	Previsão Atualizada	Arrecadado até o período	Transferências Recebidas		Retenções			
TOTAL	67.714.000,00	58.847.478,70		58.708.442,02	37.042.493,06			
MAGISTERIO (70%)	47.399.800,00	41.193.235,09	GANHO:	21.665.948,96	PERDA: 0,00			
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB								
	Dotação Atualizada (para o exercício)	%	Despesa Empenhada (até o período)	%	Despesa Liquidada (até o período)	%	Despesa Paga (até o período)	%
DESPESAS TOTAIS								
TOTAL	67.445.684,78	129,14	43.223.767,83	73,45	42.999.155,08	73,07	37.183.915,21	63,19
MAGISTERIO	67.630.867,31	100,17	41.241.013,08	70,08	41.213.423,39	70,03	36.170.955,75	61,47
OUTRAS	19.614.817,47	28,97	1.982.754,75	3,37	1.785.731,69	3,03	1.012.959,46	1,72

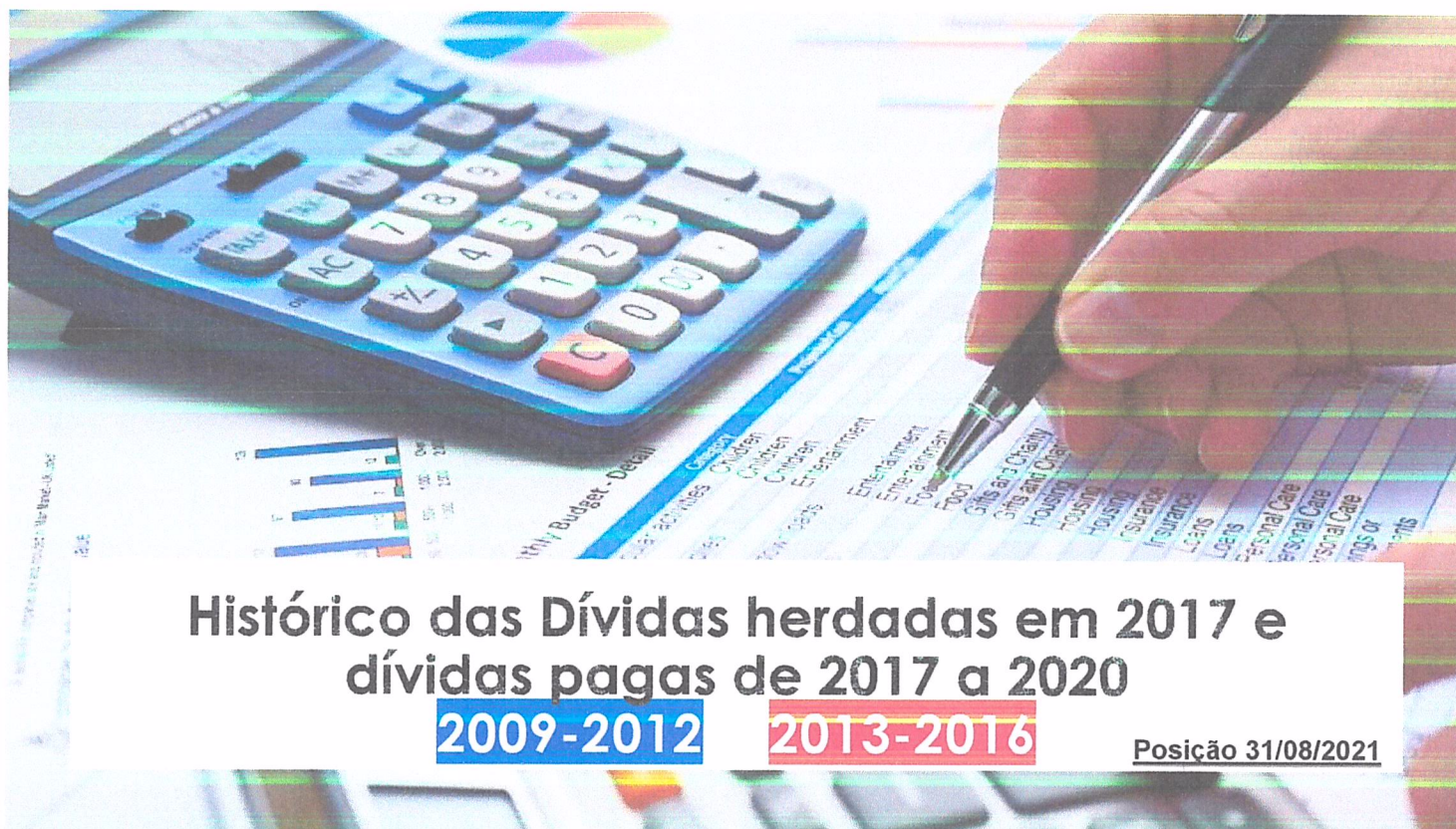
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021 Posição 31/08/2021

APLICAÇÃO NA SAÚDE

QUADRO 5 - RESUMO DA APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS
Período: 8/2021

RECEITAS		PREVISÃO NO EXERCÍCIO	ARRECAÇÃO ATÉ O PERÍODO
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		405.760.000,00	344.967.812,53
VALOR MÍNIMO A APLICAR (15%)		60.864.000,00	51.745.171,88
APURAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NA SAÚDE	DOTAÇÃO ATUALIZADA PARA O EXERCÍCIO	EMPENHADA	PAGA
TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS	110.637.825,24	87.162.685,19	65.645.979,33
(-) Despesas com Aposentadorias - (3190.01.00)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas com Pensões - (3190.03.00)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LIQUIDAS DA SAÚDE	110.637.825,24	87.162.685,19	65.645.979,33
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	27,27	25,27	19,03

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021 Posição 31/08/2021



Histórico das Dívidas herdadas em 2017 e dívidas pagas de 2017 a 2020

2009-2012

2013-2016

Posição 31/08/2021

DÍVIDAS HERDADAS 2009 A 2016 – RESUMO GERAL

DESCRIÇÃO	3º QUAD. 2017	3º QUAD. 2018	3º QUADR. 2019	1º QUADR. 2020	2º QUADR. 2020	1º QUADR. 2021
DÍVIDAS HERDADAS – PAGAS	R\$ 67.885.678,62	R\$ 92.823.695,51	R\$ 112.999.323,67	R\$ 119.496.358,56	R\$ 121.655.694,21	R\$125.800.207,40
DÍVIDAS HERDADAS – A PAGAR	R\$ 41.099.310,81	R\$ 17.530.055,89	R\$ 21.416.016,23	R\$ 14.918.981,34	R\$ 13.052.882,65	R\$ 9.292.666,34
SUB TOTAL	R\$ 108.984.989,43	R\$ 110.353.751,40	R\$ 134.415.339,90	R\$ 134.415.339,90	R\$ 134.708.576,86	R\$135.425.619,60
Julgamentos 2017 a 2020 – Transito em julgado – Judiciário	R\$ 60.000.000,00	R\$ 60.000.000,00	R\$ 60.000.000,00	R\$ 60.000.000,00	R\$ 60.000.000,00	R\$ 60.000.000,00
TOTAL - Chegou	R\$ 168.984.989,43	R\$ 170.353.751,40	R\$ 194.415.339,90	R\$ 194.415.339,90	R\$ 194.708.576,86	R\$195.425.619,60

Posição 31/08/2021

DÍVIDAS HERDADAS 2009 A 2016

Posição 31/08/2021



DÍVIDAS HERDADAS – QUITADAS EM 2017 A 2020 = R\$ 125.800.207,40

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

DÍVIDAS HERDADAS QUITADAS/PARCELADAS 2009 A 2016

Posição 31/08/2021

Descrição (DETALHAMENTO DAS DÍVIDAS PAGAS)	3º Quadr. 2017	3º Quadr. 2018	3º Quadr. 2019	3º Quadr. 2020	2º Quadr. 2021
ABBC – Gestão 2013-2016 - Renunciada pela ABBC	R\$ 8.780.896,61	R\$ 8.780.896,61	R\$ 8.780.896,61	R\$ 8.780.896,61	R\$ 8.780.896,61
Salários das Férias da Educação referentes a Dez/2016 e não pagas na gestão 2013-2016, onerando janeiro/2017 – Pago Jan e Jul / 2017	R\$ 7.430.397,91	R\$ 7.430.397,91	R\$ 7.430.397,91	R\$ 7.430.397,91	R\$ 7.430.397,91
Reversão no MPT pela SMAJ referente a multa da ação de assédio moral Gestão 2013-2016 – Reversão em Outubro/2017 – SMAJ/DRH	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00
Outras Dívidas de curto prazo – consignações em folha Gestão 2013-2016 - Paga Jan a Jun/17	R\$ 624.452,94	R\$ 624.452,94	R\$ 624.452,94	R\$ 624.452,94	R\$ 624.452,94
Rescisões contratuais dos Comissionados da Gestão 2013-2016 - Paga Jan/2017	R\$ 210.384,07	R\$ 210.384,07	R\$ 210.384,07	R\$ 210.384,07	R\$ 210.384,07
Pagamento dos Aposentados e Pensionistas referentes a Dez/16 não pagas pela gestão 2013-2016 – Paga Jan/2017	R\$ 465.622,49	R\$ 465.622,49	R\$ 465.622,49	R\$ 465.622,49	R\$ 465.622,49
Pagamento das Dívidas da gestão 2013-2016 - Pagas/Anuladas Legalidade	R\$ 44.373.924,6	R\$ 46.104.664,34	R\$ 51.529.727,93	R\$ 54.123.655,48	R\$ 55.219.905,30
Pagamento de Amortização do PMAT (2015-2016)	R\$ 0,00	R\$ 920.489,13	R\$ 1.455.000,00	R\$ 2.640.271,99	R\$ 3.438.190,21
Pagamento Devolução dos Recursos CDHU F2 2009-2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 704.493,52	R\$ 704.493,52
Cobrança pela RFB do 1% do Seguro acidente sobre salários dos servidores não pagas na gestão 2009 a 2012 (VALOR ANTERIOR R\$ 8.000.000,00) PARCELAMENTO 60 vezes		R\$ 9.039.881,40	R\$ 9.039.881,40	R\$ 9.039.881,40	R\$ 9.039.881,40
RPVS _ PRECATÓRIOS 2012 a 2016 a Pagar (VALOR ANTERIOR R\$ 8.779.000,00)+ (R\$ 390.026,05) SEM ATUALIZAR Gestões 2009-2016		R\$ 8.721.810,65	R\$ 22.937.864,35	R\$ 29.360.886,98	R\$ 29.360.886,98
Desvio de Finalidade 2014 a 2016 – Previdência Complementar (VALOR ORIGINAL R\$ 3.802.000,00) Gestão 2013-2016		R\$ 4.525.095,97	R\$ 4.525.095,97	R\$ 4.525.095,97	R\$ 4.525.095,97
TOTAL QUITADO OU PARCELADO - SR. PREFEITO DR. JESUS	R\$67.885.678,62	R\$ 92.823.695,51	R\$ 112.999.323,67	R\$ 123.906.039,36	R\$ 125.800.207,40

DÍVIDAS HERDADAS A PAGAR 2009 A 2016

PMAT - Financiamento pelo BNDES/CAIXA (2015-2016) a pagar

R\$3.208.726,63

Parcelamento RAT 1% Folha de Pagamento - 2009-2012

R\$4.954.706,99

Posição 31/08/2021

Dívidas da Gestão 2013-2016 ainda a ser quitada em curto prazo

R\$677.287,54

Diferença de recolhimento GFIP – INSS 2009-2012

R\$451.945,18

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

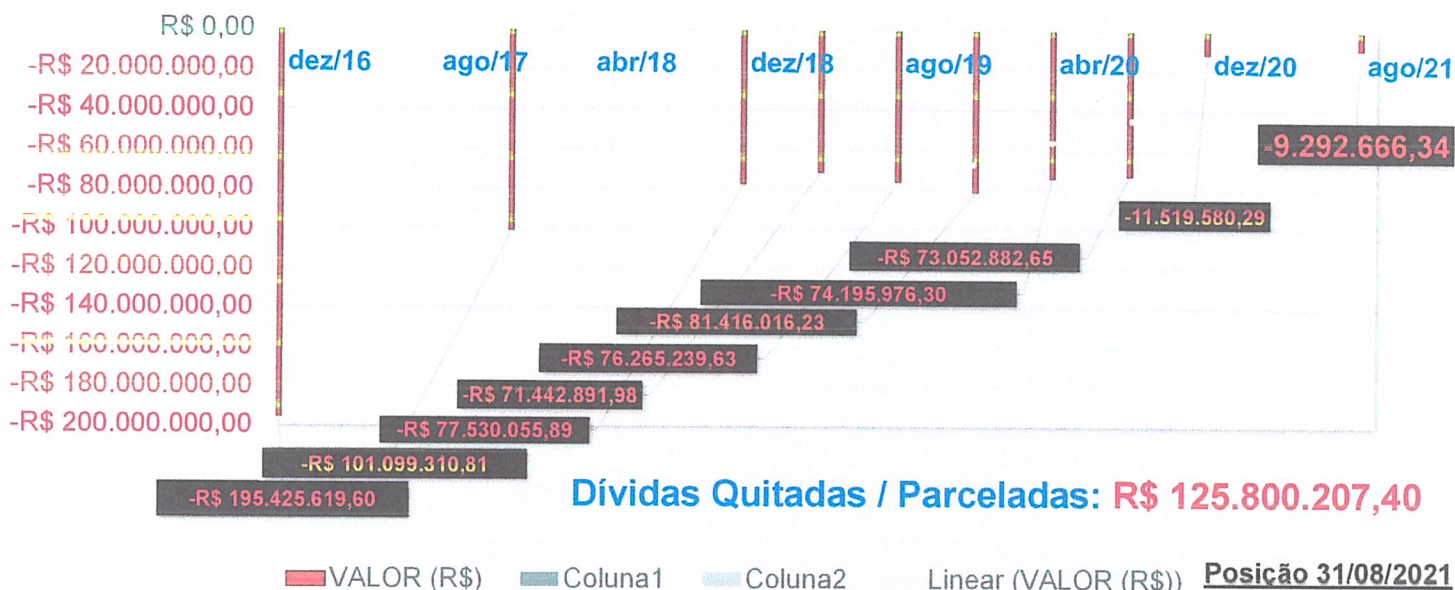
DÍVIDAS HERDADAS A PAGAR 2009 A 2016

DESCRIÇÃO (DETALHAMENTO A PAGAR)	3º Quadr. 2018	3º Quadr. 2019 (Replanejamento)	1º Quadr. 2020	2º Quadr. 2021	POSIÇÃO
Incorporação de ABONO (2010 - GESTÃO 2009-2012) – Em trânsito no Judiciário aguardando Decisão	R\$ 60.000.000,00	R\$ 60.000.000,00	R\$ 60.000.000,00	R\$ 0,00	Transito em julgado
Despesas dos anos de 2012 a 2016 a Pagar	R\$ 7.203.162,05	R\$ 3.623.465,89	R\$ 3.000.000,00	R\$ 677.287,54	Resta a Pagar
PMAT – Financiamento BNDES/CAIXA a Pagar 2015 + Juros	R\$ 3.214.536,78	R\$ 5.172.970,96	R\$ 3.179.999,99	R\$ 3.208.726,63	A Pagar em 5 anos
Requisições de Pequeno Valor 2012 a 2016 a Pagar	R\$ 53.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Quitados
Cobrança pela Receita Federal do 1% do Seguro acidente sobre salários dos servidores não pagas na gestão 2009 a 2012 – Saldo a pagar 31/12/2019	Parcelada	R\$ 6.765.325,95	R\$ 6.450.000,00	R\$ 4.954.706,99	Dívida Parcelada
Desvio de Finalidade 2014 a 2016 – Previdência Complementar (Valor original)	Quitada	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Valores devolvidos
Devolução dos Recursos CDHU F2 2009-2016	R\$ 465.000,00	R\$ 731.624,72 (atualizado)	R\$ 704.493,52 (atualizado)	R\$ 0,00	Valores devolvidos
MENG Engenharia 2013-2016	R\$ 494.357,06	R\$ 384.351,59	R\$ 384.351,59	R\$ 0,00	Quitados
Precatórios julgados até 31/07/2017 – 2009-2016	Quitado	R\$ 3.084.253,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Quitados
Diferença de recolhimento GFIP – INSS 2009-2012	0,00	R\$ 654.023,57	450.000,00	R\$ 451.945,18	Parcelado 60x
DÍVIDA A PAGAR	R\$ 77.530.955,89	R\$ 81.416.016,23	R\$ 74.195.976,30	R\$ 9.292.666,34	-

Posição 31/08/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

DÍVIDAS HERDADAS A PAGAR 2009 A 2016



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

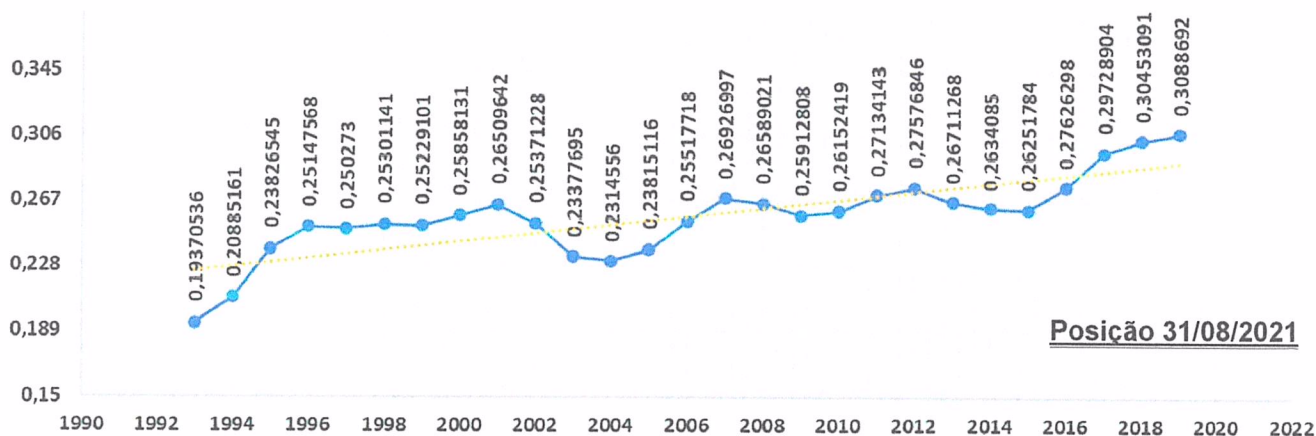
Precatórios e REQUISIÇÕES DE PEQUENOS VALORES – RPV

Descrição	Valores Pagos
2017 – Precatórios de 2016 Pagos em 2017	R\$ 2.720.348,16
2017 – Precatórios Pagos	R\$ 403.697,75
2017 – Sentenças Judiciais Pagas	R\$ 3.483.443,58
2017 – Total Geral Pago	R\$ 6.607.489,49
2018 – Precatórios Pagos	R\$ 1.123.436,75
2018 – Sentenças Judiciais Pagas	R\$ 7.571.052,00
2018 – Total Geral Pago	R\$ 8.694.488,75
2019 – Precatórios Pagos	R\$ 1.515.419,30
2019 – Sentenças Judiciais Pagas	R\$ 6.120.466,81
2019 – Total Geral Pago	R\$ 7.635.886,11
Totalização – Precatórios Pagos	R\$ 5.762.901,96
Totalização – Sentenças Judiciais Pagas	R\$ 17.174.962,39
Totalização – Geral Pago (2017 a 2019)	R\$ 22.937.864,35
Previsão 2020	
2020 – Precatórios Pagos	R\$ 3.219.542,73
2020 – Sentenças Judiciais Pagas	R\$ 3.203.479,09
2020 – Total Geral a Pagar	R\$ 6.423.022,63
Total Geral 2017 a 2020	Precatórios em 4 anos
2017-2020 – Total Geral Pago e a Pagar	R\$ 29.360.886,98

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

Índice Participação dos Municípios - IPM - 1993 a 2019



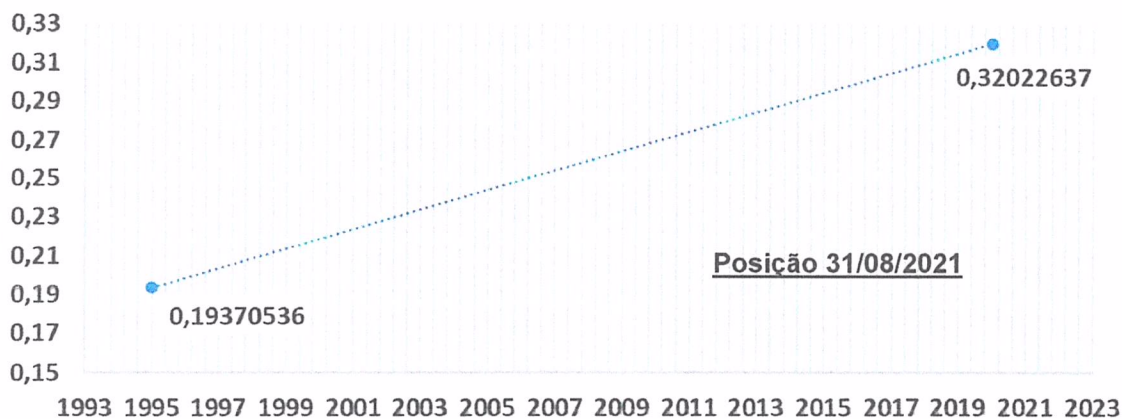
Adaptado de FAZESP/2021 por Secretaria de Finanças / PMBP
Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento / Governo do Estado de São Paulo



ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

Município de Bragança Paulista/SP Índ. Participação para 2021 - Série Histórica - 1995 a 2020



Adaptado de FAZESP/2021 por Secretaria de Finanças / PMBP
Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento / Governo do Estado de São Paulo



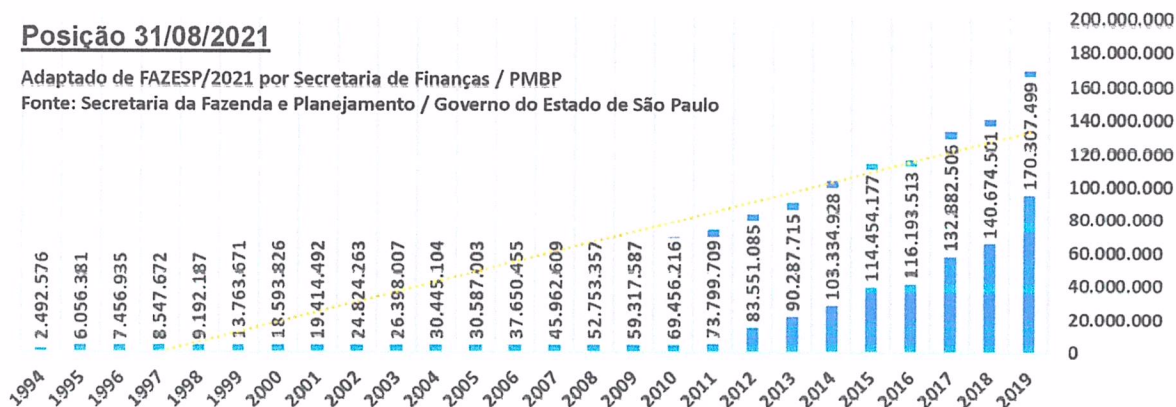
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Município de Bragança Paulista/SP - Receita Tributária (R\$) - 1993 a 2019

Posição 31/08/2021

Adaptado de FAZESP/2021 por Secretaria de Finanças / PMBP

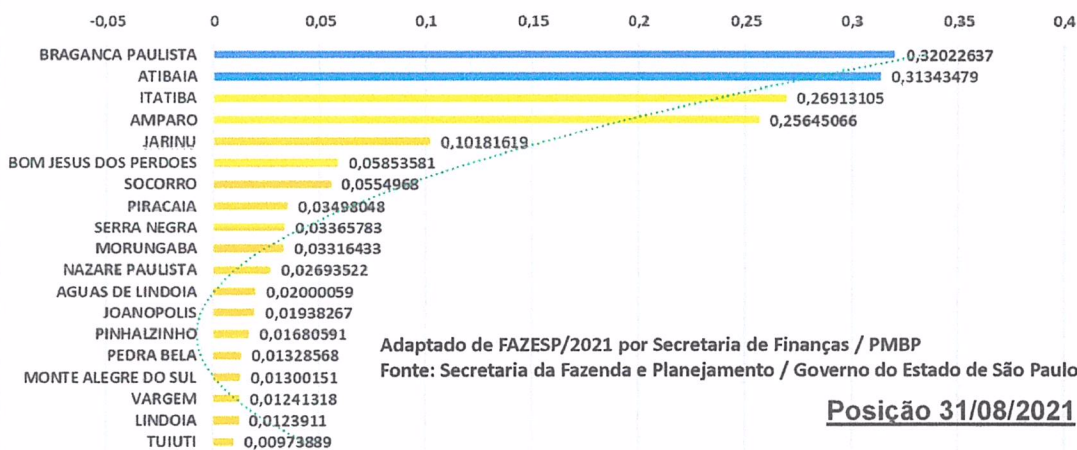
Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento / Governo do Estado de São Paulo



Secretaria Municipal de Finanças / 2021

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - PROVISÓRIO PARA 2022 - REGIÃO BRAGANTINA



Adaptado de FAZESP/2021 por Secretaria de Finanças / PMBP

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento / Governo do Estado de São Paulo

Posição 31/08/2021



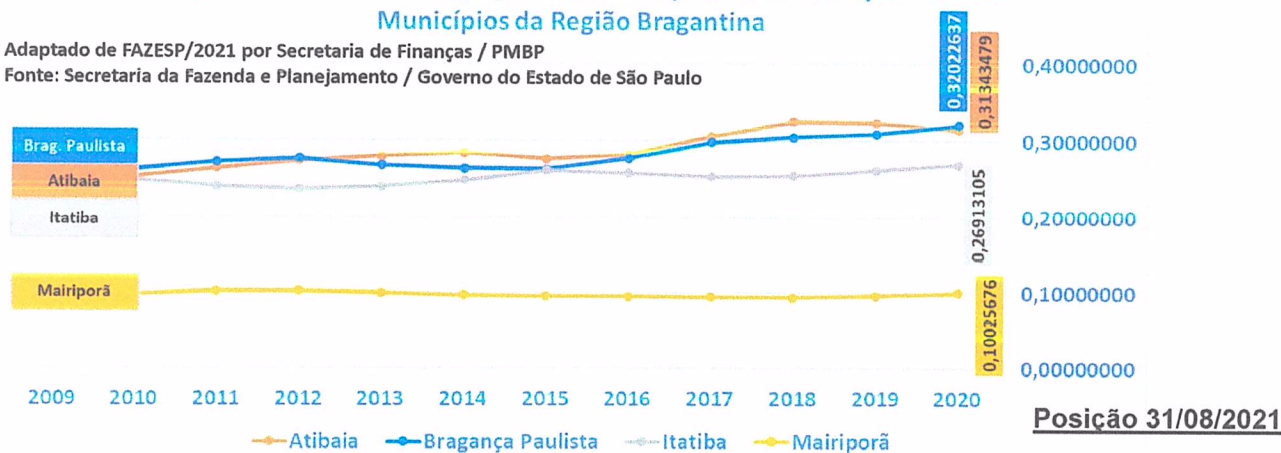
Secretaria Municipal de Finanças / 2021

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Evolução do Índice de Participação dos Municípios - IPM - Comparativo com Municípios da Região Bragantina

Adaptado de FAZESP/2021 por Secretaria de Finanças / PMBP

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento / Governo do Estado de São Paulo



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

DESTAQUE: RATING DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA/SP

Capacidade de Pagamento (CAPAG)

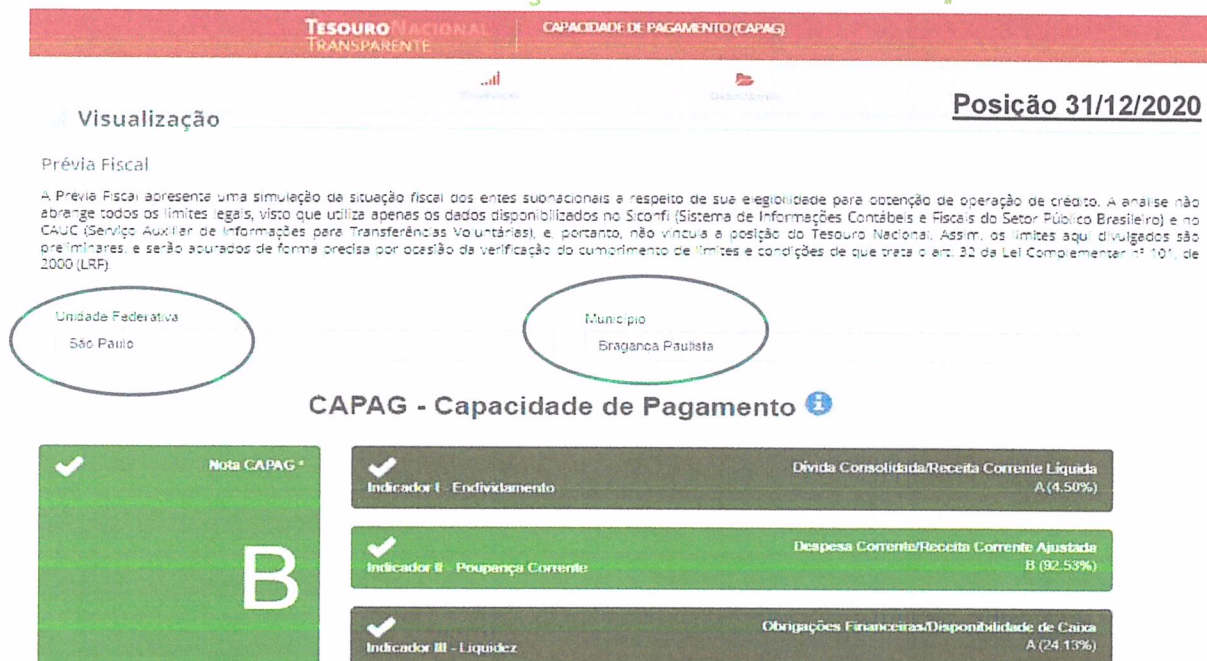
Estados e Municípios

Resumo

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da Capag é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. A metodologia do cálculo, dada pela [Portaria MF nº 501/2017](#), é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da Capag foram definidos na [Portaria STN nº 882/2018](#). (STN, 2021)



DESTAQUE: RATING DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA/SP



Prefeitura conquista nota A do rating de capacidade de pagamento

Após política austera adotada, saneamento financeiro e "contas em dia", município alcança nota máxima do rating do Tesouro Nacional

Nesta sexta-feira (16/04), Bragança Paulista recebeu mais um retorno positivo oriundo da política austera adotada pela Prefeitura Municipal. Com o saneamento das finanças públicas realizado no primeiro mandato e um trabalho intenso no resgate das certidões de regularidade fiscal, colocando as contas do município "em dia", Bragança Paulista conquistou a nota máxima, categoria A no rating CAPAG (Capacidade de Pagamento), do Tesouro Nacional.

O rating é uma nota que as instituições de crédito atribuem a um possível credor de acordo com sua capacidade de pagar as dívidas, de extrema importância para aquisição de novos financiamentos.

A avaliação da capacidade de pagamento é parte do sistema de garantias da União e pré-requisito para concessão de garantia para contratação de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios. Ela é o principal indicador de saúde fiscal utilizado pelo Tesouro Nacional para definir a trajetória de endividamento dos Entes.

Em 2017, Bragança Paulista encontrava-se com a nota D, a pior da categoria (a classificação varia de A a D), do rating Capag. Em 2018, essa nota subiu para C, quando foi possível o financiamento de máquinas e equipamentos. Em 2019, outra melhora, desta vez para B, que trouxe para a cidade a possibilidade de novo financiamento. Em 2020, o município permaneceu com a nota B. Agora em 2021, alcançou a nota máxima, A.

A análise utiliza os dados disponibilizados no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) e no CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias) e a metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesas correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Município.

Bragança Paulista conseguiu nota A no indicador endividamento, que significa a Dívida Consolidada dividida pela Receita Corrente Líquida (4,75%); na poupança corrente, que significa a Despesa Corrente dividida pela Receita Corrente apurou-se a nota A (89,59%); e no índice de liquidez, significa que as Obrigações Financeiras estão cobertas pela Disponibilidade de Caixa, apurou-se nota A (34,93%).

Na prática, a nota A do rating abre maiores possibilidades de crédito para investimento no município, com melhores condições de taxas de financiamento

DESTAQUE: RATING DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA/SP

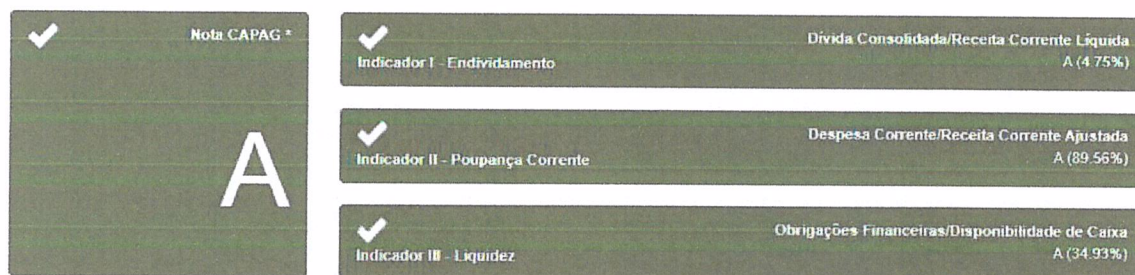
TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

Posição 31/08/2021

Unidade Federativa
São Paulo

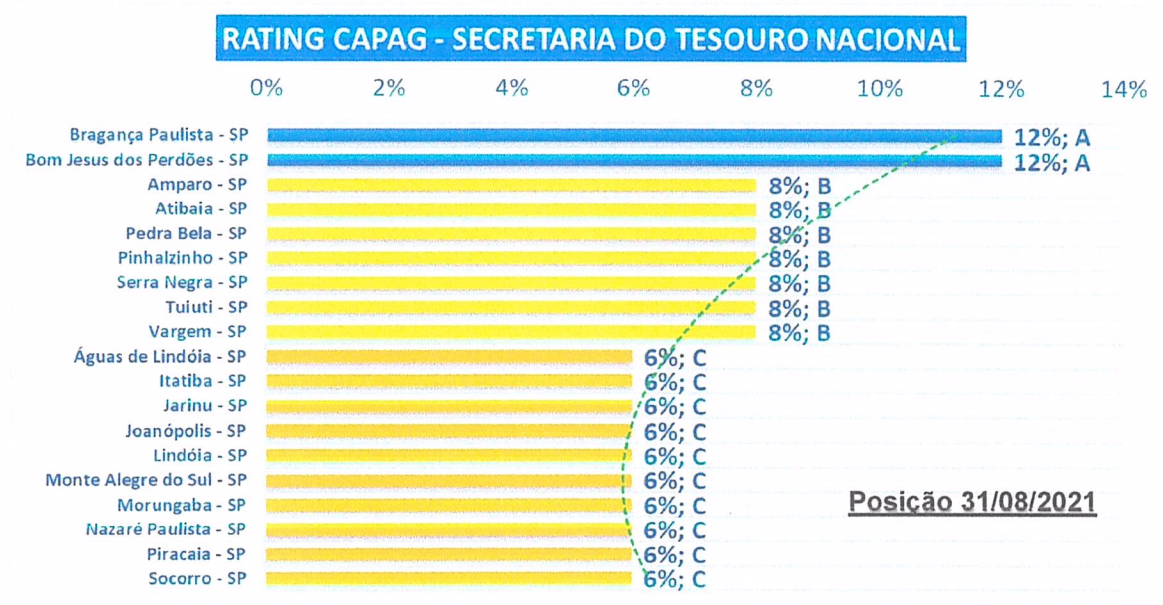
Município
Bragança Paulista

CAPAG - Capacidade de Pagamento



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / CAPAG

DESTAQUE: RATING DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA/SP



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / CAPAG



prelatura de
**Bragança
Paulista**



Administração:
Dr. Jesus Adib Abi Chedid
Prof. Amauri Sodré da Silva

Secretário de Finanças:
Luciano Ap. de Lima
llimabraganca@gmail.com

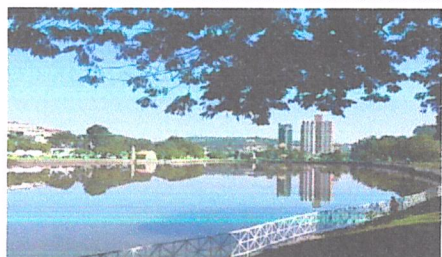
**ESPAÇO PARA PERGUNTAS,
CRÍTICAS, SUGESTÕES**

AUDIÊNCIA PÚBLICA:
METAS FISCAIS DO 2º
QUADRIMESTRE DE 2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2021

Audiência Pública

Lei Orçamentária Anual 2022



Dr. Jesus Adib Abi Chedid – Prefeito
Prof. Amauri Sodré da Silva – Vice-Prefeito
Luciano Aparecido de Lima – Sec. Finanças
Equipe Técnica:
 Mônica Lattanzi Fagundes – Contadora SMF
 Gabriela Corrêa Bittencourt – Coord. FMS
 Adriela de Souza Cursi – Coord. FMAS
 Sérgio José Fagundes Júnior – Coord. SME



Local: Câmara Municipal de Bragança Paulista
22 de setembro de 2021 às 13h45'

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

1

FUNDAMENTOS LEGAIS E CONCEITOS

Lei Orçamentária Anual

- Constituição Federal (Capítulo II, As Finanças Públicas, arts. 165 à 169);
- Lei 4.320/1964, que estabelece as normas específicas sobre elaboração e organização orçamentária; e
- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

2

A Lei Orçamentária Anual LOA

- Vigência: anual;
- A Lei Orçamentária Anual – LOA é elaborada pelo Executivo segundo as diretrizes aprovadas na LDO e estabelece a previsão de receitas (arrecadação) e despesas (gastos) do governo para o ano seguinte;
- A LOA precisa estar em sintonia com o Plano Plurianual;
- Encaminhamento ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

3

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Receitas orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, a receita orçamentária é fonte de recursos utilizada pelo Município em programas e ações, cuja finalidade principal é atender às necessidades públicas e demandadas da sociedade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

4



LOA 2022

projeto de lei orçamentária anual

Categoria	LOA 2017	LOA 2018	LOA 2019	LOA 2020	LOA 2021	LOA 2022
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	126.338.341,83	137.657.737,00	167.553.553,00	178.608.500,00	203.858.500,00	279.529.500,00
Contribuições	769.811,69	816.001,00	825.000,00	830.000,00	830.000,00	650.000,00
Patrimonial	5.299.286,01	5.132.435,00	4.801.199,00	4.772.500,00	4.411.500,00	5.758.500,00
Taxas pela Prestação de Serviços	843.399,35	894.006,00	2.083.315,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	295.250.720,66	305.541.496,00	330.941.913,00	348.292.384,00	358.050.876,00	389.571.920,00
Outras Receitas Correntes	21.802.862,45	22.666.927,00	6.898.695,00	7.221.900,00	9.019.500,00	9.586.000,00
Operações de Crédito	4.084.271,81	2.436.848,00	3.200.000,00	28.500.000,00	4.600.000,00	500.000,00
Transferências de Capital	25.890.949,61	32.043.411,00	30.798.709,00	30.386.268,00	10.000.000,00	12.767.808,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	500.000,00
Dedução da Receita Corrente	(36.423.618,71)	(37.442.017,00)	(40.655.051,00)	(43.490.000,00)	(43.962.000,00)	(46.044.000,00)
Total Geral	443.856.024,70	469.746.844,00	506.447.333,00	555.121.552,00	546.908.376,00	652.819.728,00

www.braganca.sp.gov.br

5



LOA 2022

projeto de lei orçamentária anual

Fonte de Recurso	LOA 2017	LOA 2018	LOA 2019	LOA 2020	LOA 2021	LOA 2022
01 - Tesouro	307.273.723,11	324.030.877,00	352.198.221,00	367.247.800,00	400.380.700,00	485.086.000,00
02 - Estadual	83.141.390,05	89.897.373,00	97.482.104,00	101.961.348,00	88.920.600,00	108.728.178,00
03 - Fundos Especiais	179.315,65	199.477,00	323.325,00	329.100,00	2.126.800,00	3.078.000,00
05 - Federal	47.074.570,86	50.862.207,00	50.901.446,00	54.725.304,00	48.524.276,00	53.012.550,00
06 - Outros Recursos	2.102.753,22	2.320.062,00	2.342.237,00	2.343.000,00	2.343.000,00	2.405.000,00
07 - Operações de Crédito	4.084.271,81	2.436.848,00	3.200.000,00	28.515.000,00	4.613.000,00	510.000,00
Total Geral	443.856.024,70	469.746.844,00	506.447.333,00	555.121.552,00	546.908.376,00	652.819.728,00

www.braganca.sp.gov.br

6

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

7

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Fonte de Recurso	LOA 2018	LOA 2019	LOA 2020	LOA 2021	LOA 2022
01 - Tesouro	R\$ 324.030.877,00	R\$ 352.198.221,00	R\$ 367.247.800,00	R\$ 400.380.700,00	R\$ 485.086.000,00
02 - Estadual	R\$ 89.897.373,00	R\$ 97.482.104,00	R\$ 101.961.348,00	R\$ 88.920.600,00	R\$ 108.728.178,00
03 - Fundos Especiais	R\$ 199.477,00	R\$ 323.325,00	R\$ 329.100,00	R\$ 2.126.800,00	R\$ 3.078.000,00
05 - Federal	R\$ 50.862.207,00	R\$ 50.901.446,00	R\$ 54.725.304,00	R\$ 48.524.276,00	R\$ 53.012.550,00
06 - Outros Recursos	R\$ 2.320.062,00	R\$ 2.342.237,00	R\$ 2.343.000,00	R\$ 2.343.000,00	R\$ 2.405.000,00
07 - Operações de Crédito	R\$ 2.436.848,00	R\$ 3.200.000,00	R\$ 28.515.000,00	R\$ 4.613.000,00	R\$ 510.000,00
Total Geral	R\$ 469.746.844,00	R\$ 506.447.333,00	R\$ 555.121.552,00	546.908.376,00	R\$ 652.819.728,00

- Aumento no Índice de Participação dos Municípios para 2022;
- Aumento na Arrecadação Tributária Municipal nos últimos anos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

8



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ÓRGÃOS
EXERCÍCIO DE 2022

ÓRGÃO	SECRETARIA	CORRENTE	CAPITAL	RESERVA	TOTAL
01.01	CÂMARA MUNICIPAL	18.759.000,00	241.000,00	0,00	19.000.000,00
02.01	GABINETE DO PREFEITO	2.449.000,00	1.680.000,00	0,00	4.129.000,00
02.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.006.000,00	60.000,00	0,00	3.066.000,00
02.03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS	12.200.000,00	250.000,00	0,00	12.450.000,00
02.04	SECRETARIA MUN. DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	7.526.000,00	702.000,00	0,00	8.228.000,00
02.05	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	1.709.000,00	560.000,00	0,00	2.269.000,00
02.06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	22.332.000,00	80.000,00	0,00	22.412.000,00
02.07	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	21.505.004,00	6.220.000,00	3.265.002,00	30.990.006,00
02.08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	193.444.000,00	7.636.722,00	0,00	201.080.722,00
02.09	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	12.993.000,00	7.320.000,00	0,00	20.313.000,00
02.10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	146.625.000,00	4.558.000,00	0,00	151.183.000,00
02.11	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	16.909.000,00	27.725.000,00	0,00	44.634.000,00
02.12	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS	47.253.000,00	1.500.000,00	0,00	48.753.000,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

9

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ÓRGÃOS
EXERCÍCIO DE 2022

ÓRGÃO	SECRETARIA	CORRENTE	CAPITAL	RESERVA	TOTAL
02.13	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	18.274.000,00	1.101.000,00	0,00	19.375.000,00
02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL / FMAS	28.105.500,00	1.036.500,00	0,00	29.142.000,00
02.15	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIOS	2.730.500,00	497.500,00	0,00	3.228.000,00
02.16	SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	4.599.000,00	1.450.000,00	0,00	6.049.000,00
02.17	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	9.832.000,00	1.500.000,00	0,00	11.332.000,00
02.18	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	917.000,00	975.000,00	0,00	1.892.000,00
02.19	SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA	12.814.000,00	480.000,00	0,00	13.294.000,00
01	PODER LEGISLATIVO	18.759.000,00	241.000,00	0,00	19.000.000,00
02	PODER EXECUTIVO	565.223.004,00	65.331.722,00	3.265.002,00	633.819.728,00
	TOTAL	583.982.004,00	65.572.722,00	3.265.002,00	652.819.728,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

10



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS - ENSINO:

BASE DE CÁLCULO	493.909.500,00
25%	123.477.375,00
Deduções Fundeb	(46.044.000,00)
Valor Previsto PLOA/22	123.506.114,00
Percentual a Aplicar	25,01%

Obs.: Recursos Constitucionais e Próprios.

www.braganca.sp.gov.br

11



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ESTIMATIVA DA RECEITA - EDUCAÇÃO:

FONTE DE RECURSO	VALOR
MUNICIPAL	86.537.114,00
ESTADUAL	97.695.608,00
FEDERAL	16.848.000,00
TOTAL	201.080.722,00

Obs.: Todos os Recursos Próprios e Vinculados.

www.braganca.sp.gov.br

12



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

DESPESAS PREVISTAS - EDUCAÇÃO:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
DESPESA COM PESSOAL	104.934.000,00
CUSTEIO	88.510.000,00
INVESTIMENTO	7.636.722,00
TOTAL	201.080.722,00

Obs.: Todos os Recursos Próprios e Vinculados.

www.braganca.sp.gov.br

13



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

APLICAÇÃO DO FUNDEB	2022
Previsão de Receita do FUNDEB	83.779.000,00
Mínimo de 70% da receita (Profissionais da Educação)	58.645.300,00
Máximo de 30% da receita (MDE)	25.133.700,00
PREVISÃO DA DESPESA CONFORME PLOA-2022	
Valor da aplicação com remuneração dos Profissionais da Educação (mínimo 70%)	76.444.000,00
% de aplicação com remuneração dos Profissionais da Educação (mínimo 70%)	91,23%
Valor de aplicação em MDE	7.355.000,00
% de aplicação em MDE	8,77%

www.braganca.sp.gov.br

14



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS - SAÚDE:

BASE DE CÁLCULO	493.909.500,00
15%	74.086.425,00
Valor Previsto PLOA/22	115.334.280,00
Percentual a Aplicar	23,35%

Obs.: Recursos Constitucionais e Próprios.

www.braganca.sp.gov.br

15



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ESTIMATIVA DA RECEITA - SAÚDE:

FONTE DE RECURSO	VALOR
MUNICIPAL	115.334.280,00
ESTADUAL	1.206.870,00
FEDERAL	32.236.850,00
OUTRAS RECEITAS	2.405.000,00
TOTAL	151.183.000,00

Obs.: Todos os Recursos Próprios e Vinculados.

www.braganca.sp.gov.br

16



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

DESPESAS PREVISTAS - SAÚDE:

BLOCO DE FINANCIAMENTO	VALOR
GESTÃO DO SUS	17.165.500,00
ATENÇÃO BÁSICA	43.586.000,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	78.893.000,00
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	6.449.500,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	5.089.000,00
TOTAL	151.183.000,00

Obs.: Todos os Recursos Próprios e Vinculados.

www.braganca.sp.gov.br

17



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

DESPESAS PREVISTAS - SAÚDE:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
DESPESA COM PESSOAL	44.457.500,00
CUSTEIO	102.167.500,00
INVESTIMENTO	4.558.000,00
TOTAL	151.183.000,00

Obs.: Todos os Recursos Próprios e Vinculados.

www.braganca.sp.gov.br

18



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ESTIMATIVA DA RECEITA – ASSISTÊNCIA SOCIAL:

FONTE DE RECURSO	VALOR
MUNICIPAL	31.533.600,00
ESTADUAL	477.500,00
FEDERAL	1.927.700,00
ESPECIAL	203.500,00
TOTAL	34.142.300,00

Obs.: Todos os Recursos Próprios e Vinculados.

www.braganca.sp.gov.br

19



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

DESPESAS PREVISTAS – ASSISTÊNCIA SOCIAL:

BLOCO DE FINANCIAMENTO	VALOR
DESENVOLVIMENTO SOCIOASSISTENCIAL MUNICIPAL	370.500,00
GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	3.452.700,00
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	4.125.600,00
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	3.357.500,00
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	22.649.000,00
ENCARGOS GERAIS	7.000,00
VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	180.000,00
TOTAL	34.142.300,00

Obs.: Todos os Recursos Próprios e Vinculados.

www.braganca.sp.gov.br

20



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

DESPESAS PREVISTAS – ASSISTÊNCIA SOCIAL:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
DESPESA COM PESSOAL	5.190.000,00
CUSTEIO	28.352.300,00
INVESTIMENTO	600.000,00
TOTAL	34.142.300,00

Obs.: Todos os Recursos Próprios e Vinculados.

www.braganca.sp.gov.br

21



LOA 2022

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

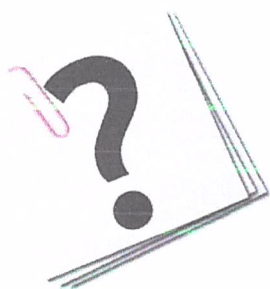
DESPESA COM PESSOAL:

Base de Cálculo	
Despesa com Pessoal – Poder Executivo	229.023.000,00
Receita Corrente Líquida	639.051.920,00
Percentual Poder Executivo	35,84%
Percentual Limites	54,00% e 51,30% / 48,60%

www.braganca.sp.gov.br

22

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022



PARTICIPAÇÕES:

Encontra-se aberto o espaço para perguntas e comentários dos participantes.

Terão prioridade as perguntas relacionadas com a legislação fiscal.

Bragança Paulista, 22 de setembro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA



AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLOA 2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE AUDIÊNCIA

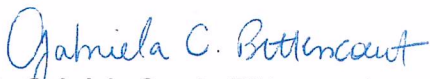
Audiência Pública Temática do Projeto de Lei Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde ocorreu em 15 de setembro de 2021, transmitida através do sistema de computador via internet (live), às 18 horas. Foi apresentada pela Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde, Gabriela Corrêa Bittencourt. Contou a presença da Secretária Municipal de Saúde Marina de Oliveira, o Assessor de Departamento da Secretaria Municipal de Saúde Marcus A. da Silva Leme, com a participação do Secretário Municipal de Finanças Luciano Lima e membros do Conselho Municipal de Saúde: Patrícia Fernanda Pizo Ferreira, Presidente, Eusébio Luís Mourão, vice-presidente e Rita de Cássia Valle, membro suplente.

Foram apresentados dados referentes à execução orçamentária para o exercício de 2022, começando pela previsão da receita no total de R\$ 151.183.000,00, sendo R\$ 115.334.280,00 de recursos municipais, R\$ 1.206.870,00 de recursos estaduais, R\$ 32.236.850,00 do governo federal e R\$ 2.405.00,00 oriundos do convênio do SAMU Regional.

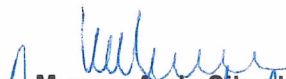
As despesas foram demonstradas por bloco de financiamento, detalhando as ações previstas em cada um dos blocos, sendo eles: Gestão do SUS: R\$ 17.165.500,00, Atenção Básica R\$ 43.586.000,00, Média e Alta Complexidade: R\$ 78.893.000,00, Assistência Farmacêutica: R\$ 6.449.500,00 e Vigilância em Saúde: R\$ 5.089.000,00.

De acordo com a Lei Complementar 141/2012, os Municípios devem aplicar em ações e serviços públicos em saúde o mínimo de 15% de arrecadações dos impostos, ficando previsto para o exercício de 2022, a aplicação de 23,35%.

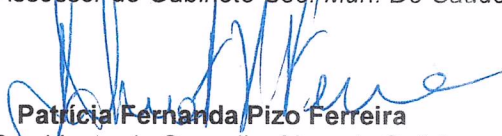
Apresentados os dados acima expostos, a apresentação foi encerrada por parte da Coordenadora do Fundo, Gabriela Corrêa Bittencourt.

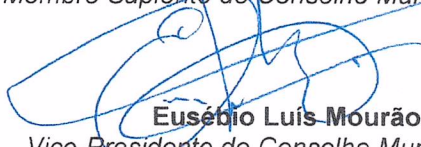

Gabriela Corrêa Bittencourt
Coordenadora do Fundo Mun. de Saúde


Marina de Fatima de Oliveira
Secretária Municipal de Saúde


Marcus A. da Silva Leme
Assessor de Gabinete Sec. Mun. De Saúde


Rita de Cássia Valle
Membro Suplente do Conselho Mun. de Saúde


Patrícia Fernanda Pizo Ferreira
Presidente do Conselho Mun. de Saúde


Eusébio Luís Mourão
Vice-Presidente do Conselho Mun. de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
BRAGANÇA PAULISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2022

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, reuniram-se, por meio de videoconferência em razão da Pandemia da Covid 19, transmissão pelo facebook da Prefeitura do Município de Bragança Paulista, o Secretário Municipal de Educação, Professor Adilson Moreira Condesso, o Secretário Municipal de Finanças, Luciano Aparecido de Lima, o Chefe de Divisão de Apoio Escolar Sérgio José Fagundes Júnior, juntamente com representantes da sociedade civil para a realização de Audiência Pública com o objetivo de apresentar a Proposta de Lei Orçamentária Anual para o exercício de dois mil e vinte e dois. Estavam presentes também a Sra. Tatiane Feitosa Beltrame, Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Município de Bragança Paulista – CACS FUNDEB, a Sra. Maria Fernanda Padovan Dorsa, Presidente do Conselho Municipal de Educação, o Sr. Roberto Cardoso da Silva Bueno, Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE. Na ocasião o Secretário Municipal de Educação e o Chefe de Divisão de Apoio Escolar iniciaram apresentando a Proposta de Lei Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação para o exercício de 2022 com a previsão de receita conforme segue : Municipal no valor de R\$86.537.114,00, Estadual no valor de R\$97.695.608,00 e Federal no valor de R\$16.848.000,00, totalizando uma previsão de R\$201.080.722,00. Em seguida apresentaram cada projeto detalhado sendo, 01 - Construção, reforma e ampliação de escola pública de ensino fundamental R\$1.175.000,00 - Construção, reforma e ampliação de escola pública de educação infantil R\$2.220.000,00; 03 - Acessibilidade nas escolas de ensino fundamental R\$ 35.000,00; 04 - Acessibilidade nas escolas de educação infantil R\$35.000,00; 05 - Gestão da secretaria municipal de educação R\$3.870.000,00; 06 - Despesas sob regime de adiantamento da SME R\$12.000,00; 07 - Desenvolvimento de eventos educacionais R\$30.000,00; 08 - Produção de Material Pedagógico R\$ 20.000,00; 09 - Conservação das escolas de ensino fundamental R\$13.235.000,00; 10 - Conservação das escolas da educação infantil R\$15.528.722,00; 11 - Educação em tempo integral R\$2.051.000,00; 12 - Projetos pedagógicos – deslocamento de alunos R\$ 1.036.000,00; 13 - Segurança nas escolas – monitoramento e alarme R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.350.000,00; 14 - Distribuição de kit de material escolar R\$900.000,00; 15 - Distribuição de kit de uniforme escolar R\$900.000,00; 16 - Transporte escolar Educação Infantil e Ensino Fundamental R\$12.070.000,00; 17 - Proteção do direito educacional aos alunos deficientes R\$ 860.000,00; 18 - Combate ao assédio moral e intimidação sistemática R\$160.000,00; 19 - Transporte escolar Ensino Médio R\$ 5.800.000,00; 20 - Universidade Aberta do Brasil – UAB R\$15.000,00; 21 - Alimentação escolar do ensino fundamental R\$9.280.000,00; 22 - Alimentação escolar da educação infantil R\$5.950.000,00; 23– Alimentação escolar do ensino médio R\$2.330.000,00; 24 - Remuneração do profissional da educação básica R\$21.560.000,00; 25 - Remuneração do profissional da educação – FUNDEB - Ensino Fundamental R\$48.855.000,00; 26 - Remuneração do Profissional da Educação – FUNDEB - Educação Infantil R\$33.814.000,00; 27 – Sentenças judiciais R\$700.000,00; 28 - Concessão de Benefícios aos Servidores da Educação R\$13.401.000,00; 29 - Parcerias Educacionais R\$200.000,00; 30 - Escola Permanente de Governo R\$30.000,00; 31 - Qualificação Profissional dos Servidores da Educação R\$300.000,00; 32 - Estímulo ao Aprendizado no Serviço Público por Estágio R\$1.320.000,00; 33 - Outros Encargos Especiais R\$38.000,00. O Secretário de Educação salientou que esta é uma proposta de orçamento, podendo haver alterações de valores até o fechamento da Proposta final de Lei Orçamentária do Município, a qual será apresentada na Câmara dos Vereadores, ao final de setembro de 2021. Nada mais a tratar a audiência foi encerrada. Bragança Paulista, 16 de setembro de 2021.

Profº Adilson Moreira Condesso
Secretário Municipal de Educação

Profº Luciano Aparecido de Lima
Secretário Municipal de Finanças

Sérgio José Fagundes Júnior
Chefe da Divisão de Apoio Escolar

Maria Fernanda Padovan Dorsa
Presidente – Conselho Municipal
de Educação

Tatiane Feitosa Beltrame
Presidente – Conselho Municipal
CACS - FUNDEB

Roberto Cardoso da Silva Bueno
Presidente – Conselho
de Alimentação Escolar - CAE



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC Bragança Paulista

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMPC – DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Às dezoito horas e trinta minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte e um, deu início, em primeira chamada, a **6ª reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Política Cultural de Bragança Paulista. A reunião contou com a presença remota dos seguintes conselheiros: **Poder Público** – Flávia Cristina Souza, André Luiz Azzi, Rafaela Pires de Oliveira, Samanta do Prado, Sandra Regina Brezan, Harumi Kawagoe Alvarosa Lima, Sandro Bonucci, Carla Maria Lopes Cubeiro, Fernando Fagundes de Lima, Tiago Cerqueira Vidiri, Luciano Brocheta. **Sociedade Civil** – Jeison de Lima Domingues, Fabiana Vasconcelos Barbosa, Débora Gonçalves Leme, Alessandra de Toledo Santos, Eduardo Eugênio Salaroli K. Filho, Caiane Duarte Furlan, Silvana Cardoso de Almeida, Daniela Verde, Irmei Menezes Liz, Letícia Maria Ferreira dos Santos, Matheus Rodrigues Alves Gonçalves, Lucas Dias de Oliveira, Anahy Verde de Oliveira Lima, Natália de Miranda Cintra, Edison de Oliveira Rodrigues, Mário Martins Soares Fernandes Bonfim, Fabrício Duarte Zappa, Celino Pires da Silva, Daniela Azzi Russo. A reunião foi conduzida pelo Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, Jeison de Lima Domingues, que primeiramente, aponta um erro da reunião passada e informa que, sobre a votação do CMIC, a votação havia sido de onze votos favoráveis e sete votos contra, retifica que foram dez votos favoráveis e sete contra, que o erro se deu pelo fato de um titular e seu suplente terem votado, sendo que só poderia ser considerado um voto por cadeira. Jeison informa a presença do Secretário de Finanças do município, Prof. Luciano Lima, que está presente na reunião para dar explicações sobre o LOA e apresentar a proposta da secretaria. Luciano inicia informando que foi feita uma reunião com a Secretária de Cultura e Turismo, Vanessa Nogueira, que a reunião tratou da peça orçamentária para 2022, baseada no que está aprovado na lei de diretrizes orçamentárias, que no momento a secretaria está em processo de elaboração da peça orçamentária, que gostaria de ouvir as sugestões e estabelecer o que ficará determinado pelo conselho junto com a Secretária de Cultura e Turismo, informa que a peça orçamentária apresentada na reunião foi enviada aos membros do conselho, que esta peça apresenta o que foi aprovado na lei de diretrizes orçamentárias, que as fichas orçamentárias que serão detalhadas na lei orçamentária estão por programa e por ação, que são programas voltados a cultura e turismo, que as ações possuem desmembramentos, que a peça apresenta os valores aprovados anteriormente, que serão suplementadas as fichas comentadas na lei de diretrizes orçamentárias, que será utilizado recurso próprio do município, que é preciso estar atento aos nomes das ações que estão na peça orçamentária, que a peça apresenta um detalhamento por categoria econômica onde serão alocadas as despesas, materiais de consumo, serviços de terceiros de pessoas físicas e jurídicas, materiais, equipamentos permanentes e obras, que todos estes itens compõem o orçamento da cultura, que o fundo municipal de cultura possui um rubrica específica, com recursos que podem ser angariados de diversas formas, que este fundo pode ser utilizado para programas e ações determinadas pelo conselho, que os recursos próprios que estão sendo alocados estão baseados no índice de participação do município, que há uma possibilidade de aumento do valor porque o índice aumentou pelo quinto ano, que virá mais ICMS no próximo ano se a economia continuar da maneira como está neste momento, que como o PIB do estado cresceu 7% (sete por cento), que por esta razão a arrecadação dos municípios aumentou, que será possível realocar os recursos dentro das fichas propostas pelo conselho e pela secretária Vanessa. Em seguida Luciano abre espaço para questionamentos, Jeison aponta que todos os conselheiros tiveram tempo para estudar a peça, que a suplementação comentada será para a linha do Teatro Carlos Gomes, em seguida abre espaço que os interessados se manifestem, Débora questiona sobre a razão de em várias linhas o serviço de pessoa física estar menor que o de pessoa jurídica, aponta que em alguns casos os artistas não possuem empresa e pergunta se o que sobrar de pessoa jurídica poderá ser utilizado para pessoa física, Luciano informa que toda vez que há a contratação de pessoa física, para pagamento por RPA, a prefeitura precisa desembolsar 20% (vinte



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

porcento) para contribuição patronal em cima do INSS, do valor do RPA, que é mais vantajoso contratar por MEI, porque quando uma pessoa emite um CNPJ por MEI é pago um valor de R\$ 55,00 a R\$ 60,00 por mês, que deixa de pagar 27,5% (vinte e sete e meio por cento) de imposto de renda e deixará de pagar 11% (onze por cento) de INSS e a prefeitura deixa de pagar 20% (vinte por cento) de contribuição patronal, que desta forma é mais econômico para os dois lados, que é possível suplementar uma ficha pela outra, que a lei orçamentária será protocolada no dia trinta de setembro na Câmara. Jeison esclarece que os gastos para estrutura de eventos, como por exemplo a arquibancada do carnaval, são pagos a empresas com CNPJ e por esta razão o valor para pessoa jurídica é maior do que o de pessoa física, Luciano complementa informando que a linha orçamentária 339039 é importante porque é referente a contratação de serviço de terceiros para a manutenção dos serviços ligados a cultura e devem ser vinculadas a ação, informa que no momento não há perspectiva de recursos do governo federal, Débora questiona o que é obrigação patronal, Luciano responde que quando é pago o INSS de uma pessoa física é retido 14% (quatorze por cento), que em cima desta contribuição há uma contribuição patronal, de 20% (vinte por cento) que é repassado para o INSS, que é uma contribuição para a aposentadoria deste profissional, Fabiana pergunta sobre quais são as fontes de recursos 03 e 05 da peça orçamentária, Luciano responde que a fonte 01 é de recursos próprios do município, fonte 02 é do governo do estado, fonte 03 é do fundo municipal de cultura e fonte 05 é do governo federal, Fabiana questiona se as alterações podem ser feitas somente na fonte 01, Luciano responde que no recurso próprio há o livre acesso para alterações, mas que há a necessidade de atenção para que atenda as necessidades de todas as vinte e uma secretarias, que é preciso ficar atento aos recursos que o governo federal disponibiliza para poder utilizá-los da melhor maneira, que a receita própria, embora alta, é limitada por ser preciso atender primeiramente as obrigações, sobrando pouco para investimento, havendo necessidade de buscar mais recursos com o governo estadual e federal, Fabiana questiona se os recursos estaduais e federais vêm com finalidade determinada, Luciano responde que os recursos estaduais e federais são recursos vinculados porque possuem uma finalidade específica. Jeison agradece a presença do Secretário de Finanças Luciano Lima pela participação no conselho e informa que o conselho trabalhará em conjunto para devolver a peça orçamentária para as futuras audiências. Jeison informa que estão contempladas na LOA todas as alterações solicitadas na LDO, que haverá a suplementação para o Teatro Carlos Gomes, sugere que a peça orçamentária seja aprovada e repassada ao Secretário de Finanças para a audiência pública, pergunta ao conselho se há algum comentário ou dúvida sobre a peça orçamentária, Débora questiona sobre a gestão do Complexo Cultural Carlos Gomes que está como PJ e sobre a gestão da secretaria que está separada, que o conselho havia deliberado por esperar por vinte e quatro meses para contratação de OS e questiona qual seria a PJ em questão, Jeison explica que alguns prestadores de serviços como técnico de som ou artistas possuem MEI, que alguns são contratados como pessoa física e outros como pessoa jurídica, Débora aponta que esta linha é somente para PJ e para gestão, Jeison diz que este deve ser um ponto a ser aberto para conversa para que haja também uma linha de pessoas físicas, coloca a peça para votação com recomendação de conversa sobre a divisão da linha para pessoa jurídica e pessoa física, Débora questiona sobre os materiais de consumo do Teatro Carlos Gomes, Jeison informa que ficou acordado que materiais de consumo são de responsabilidade da secretaria, que não compensa criar uma linha para estas despesas por enquanto, que se for criada esta linha o dinheiro poderá ficar preso para este fim, sem a necessidade de usá-lo, já que a secretaria supre esta necessidade, após votação a peça orçamentária foi aprovada por unanimidade. Jeison apresenta a pauta dos informes da secretaria, informa que a Secretária de Cultura e Turismo, Vanessa Nogueira não está presente por estar em voo voltando de Brasília, que Flávia, que é a suplente, apresentará os informes, Flávia agradece às pessoas do conselho que participaram do Festival de Inverno, informa que o evento aconteceu de três a trinta e um de julho, que o evento foi híbrido e contou com a presença online de muitas pessoas de outras cidades. Jeison apresenta a pauta de aprovação das atas da terceira, quarta e quinta reuniões ordinárias do conselho, informa que todas as atas foram enviadas aos membros do conselho previamente e abre votação, a ata da terceira reunião ordinária é aprovada por unanimidade, a ata da



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

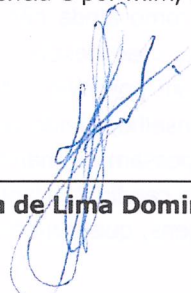
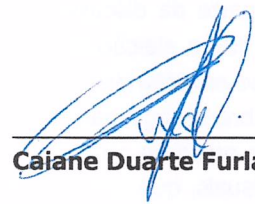
quarta reunião ordinária é aprovada por unanimidade, a ata da quinta reunião ordinária é aprovada por unanimidade. Jeison apresenta a pauta sobre o recurso que foi aberto com relação a eleição para a cadeira de artes visuais e gráficas do Conselho Municipal de Política Cultural, Jeison informa que a eleição ocorreu no dia três de agosto, que no dia quatro uma das candidatas apresentou um recurso, informa que o conselho precisa responder o recurso para dar validade a eleição e para transparência do conselho, Jeison lê o recurso: "Ilustríssima Senhora, Vanessa Nogueira da Silva, digníssima Secretária de Cultura e Turismo do Município de Bragança Paulista, considerando a eleição realizada no dia três de agosto de dois mil e vinte e um, conforme edital de convocação e regulamento eleitoral, processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil do segmento de artes visuais e gráficas que irão compor o Conselho Municipal de Política Cultural de Bragança Paulista, publicado na imprensa oficial do município, considerando que o pleito em questão se tratava da eleição específica para a vacância da cadeira de artes visuais e gráficas, conforme item 2.1 da referida convocação, 2.1: Assembleia geral da cultura para eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil no CMPC, do segmento de artes visuais e gráficas, tendo um titular e um suplente, ocorrerá dia três de agosto de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, no Centro Cultural Teatro Carlos Gomes, especificamente em seu átrio, a primeira chamada se dará às dezoito, a segunda e última chamada se dará às dezenove e o início da votação às dezenove e trinta, considerando ainda que diz a referida convocação a respeito dos procedimentos de votação mais específicos no item 2.10, a saber: 2.10: no caso de não haver candidato para o segmento de artes visuais e gráficas, a vaga será preenchida por votação geral entre os presentes, independente do segmento de origem, considerando o conceito de artes visuais: as artes visuais são uma forma de arte como desenho, pintura, escultura, gravura, design, artesanato, fotografia, vídeo, produção cinematográfica e arquitetura, considerando o ocorrido na eleição desta cadeira, ocorrida no dia três de agosto de dois mil e vinte e um, venho através deste ofício solicitar análise, manifestação e providências com referência ao ato de impugnação da eleição realizada, sendo convocada nova eleição, pelos motivos que exponho, sou fotógrafa e portanto, faço parte do segmento de artes visuais e considero a minha candidatura prejudicada pela eleição de uma candidata que não representa este segmento, conforme palavras dela mesma a minha pessoa, durante as discussões eleitorais, e que é sabido, muito acrescentaria ao conselho de política cultural se eleita legitimamente em seu segmento, já que pertence ao maracatu, que se encaixaria em diversas cadeiras, música, dança e cultura popular, mas não da de artes visuais, o artigo 2.10 da convocação em seu texto, deixa claro que poderá ser eleito representante para a cadeira em questão, que fosse de outro segmento, caso não houvesse candidato do setor concorrendo, ora senhora secretária, havia duas candidatas do segmento de artes visuais, que podem representar o segmento com propriedade dentro deste conselho e me sinto prejudicada pela imposição de uma pessoa que não nos representa enquanto segmento, burlando, no meu entendimento, o ato convocatório e as propostas de representatividade neste conselho, não cabia qualquer motivação para aceitar a candidatura em questão, repito, pois haviam candidatos do segmento disputando a cadeira e por fim, como segmento, não me sinto sequer representada por uma conselheira que, ao meu ver, se apropriou de uma cadeira da qual não faz parte, em sua vertente cultural, assim, através desta representação, solicito que vossa senhoria intervenha, juntamente com o Conselho Municipal de Política Cultural para que a eleição seja revista e impugnada, a fim de que um novo pleito ocorra de maneira legítima para a composição correta das cadeiras deste conselho, cordialmente, Daniela Romanesi de Almeida Lima". Jeison informa que lhe foi repassado o recurso no dia seis de agosto e como havia uma reunião do conselho próxima, aguardou para discutir o assunto em conselho, informa que Ana Luiza encontra-se na reunião, mas que como ainda não foi nomeada, não poderá fazer parte da discussão, podendo falar ao final da reunião, caso deseje, Jeison diz que entende que para que a eleição seja validada o conselho deveria pedir um portfólio a Ana Luiza, que deverá ser entregue em sete dias, que o portfólio será analisado pelo conselho, dando continuidade ao processo, Jeison abre espaço para que os conselheiros que desejarem possam se manifestar, Débora informa que esteve presente no dia da eleição, que após a reclamação da candidata Daniela verificou o que define artes visuais, que artes visuais vai além de fotografias e imagens, que também faz parte do



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

imaginário, de vestes, de fantasias, de coreografia, que o Educamais define artes visuais com a frase: "As artes visuais fazem parte de uma categoria da área artística que estabelece as várias formas de expressões visuais, por isso, as artes visuais ainda podem ser compreendidas como um conjunto de arte que pode representar o mundo real ou o imaginário mediante a percepção da visão", que o fato de Daniela ser fotógrafa e Ana Luiza não ser fotógrafa não implica que Ana Luiza não faça parte do segmento, que entende que é necessário que Ana Luiza apresente o portfólio, que apesar de Daniela não se sentir representada, Ana Luiza foi votada por muitos artistas do segmento de artes visuais e gráficas e que são atuantes em seu segmento, Daniela concorda com Débora, que Ana Luiza foi votada por muitos artistas com representatividade no segmento, Débora afirma que Ana Luiza é uma pessoa ativa no conselho e na política da cidade, Daniela Russo reforça que a eleição é válida pelos argumentos já expostos, que no momento da eleição o conselho teve o cuidado de avaliar a situação antes de dar continuidade ao processo, que houve uma conversa com as candidatas que ambas concordaram com a continuidade do processo, que o recurso não deveria ter sido apresentado, Jeison explica que já que o recurso foi apresentado o conselho tem a obrigação de deliberar e responder o que foi questionado, para dar transparência ao trabalho do conselho e não invalidar suas decisões, Nando diz entender que a eleição foi feita de forma legal e legítima, que acredita que Jeison, como presidente do conselho, deva reafirmar a Daniela que a votação tem validade e deve ser respeitada, André diz que se no recurso houve uma dúvida levantada é preciso que Ana Luiza apresente seu portfólio para a partir do apresentado o conselho deliberar, Jeison coloca a pauta em votação para decisão da apresentação do portfólio, por Ana Luiza, em sete dias, Daniela Verde sugere que todos os membros do conselho apresentem seu portfólio, Lucas concorda que se for aprovado o pedido do portfólio a Ana Luiza, todos os outros membros do conselho deveriam entregar um portfólio também, Jeison lembra que neste caso houve recurso e questionamento, que isto não ocorreu na eleição dos outros membros, que se for de interesse do conselho esta pauta poderá ser levantada em outra reunião, Anahy questiona se o portfólio da Ana Luiza voltará para o conselho votar se é válido ou não, Jeison afirma que a avaliação é se ela faz parte da cadeira de artes visuais e gráficas ou não, Daniela Verde questiona a necessidade de contratação de um técnico de artes visuais para esta avaliação, Anahy questiona qual membro do conselho tem legitimidade do segmento para avaliar o portfólio da Ana Luiza e que esta decisão estaria passando por cima da decisão das quarenta pessoas da área de artes visuais que votaram na eleição, afirma que Ana Luiza tem uma trajetória política de oposição ao governo municipal e que esta é uma perseguição política, Nando diz que desconhece haver perseguição política, Sandro diz que há uma definição do que é artes visuais e não seria necessário a contratação de um técnico para esta avaliação, Débora afirma que a solicitação do portfólio abrirá um precedente, André explica que em qualquer eleição há a possibilidade de recurso, Jeison informa que, após votação, com quatorze votos a favor e nove contra, será solicitado o portfólio a Ana Luiza, que o portfólio será enviado a todos os conselheiros para andamento da resposta do recurso, Fabiana questiona qual documento diz que a pessoa que está em uma cadeira precisa ser ativa naquele segmento, Jeison explica que se não fosse necessário que o conselheiro fizesse parte do segmento não faria sentido haver dezesseis cadeiras distintas no conselho, Jeison esclarece que Ana Luiza será notificada para a entrega do portfólio e que caso ela queira também poderá entrar com recurso. Nada mais havendo a tratar, às vinte horas e nove minutos o Presidente deu por encerrada a reunião, tendo sido lavrada por mim, Caiane Duarte Furlan, a presente ata, a qual após aprovada será devidamente assinada por pela presidência e por mim, sendo anexada a lista de presença da reunião.


Jeison de Lima Domingues
Caiane Duarte Furlan



Prefeitura da Estância de

**Bragança
Paulista**

Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social

Ata da reunião entre membros da secretaria municipal de ação e desenvolvimento social e os presidentes dos conselhos municipais vinculados à secretaria municipal de ação e desenvolvimento social realizada em 10 de setembro de 2021. Às 10 horas do dia 10 do mês de setembro do ano de 2021, na sede da SEMADS – Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social, estabelecida na Praça Hafiz Abi Chedid, 115 - Jardim América, CEP 12.902-230, Bragança Paulista/SP reuniram-se: Sandra Lúcia de Oliveira Teixeira, Secretária Municipal de Ação e Desenvolvimento e Social; Adriela de Souza Curci, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social; Fernanda Nishiguti Ferreira, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social; Simone Aparecida Pinheiro de Souza Bueno, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Maria de Lourdes da Silva, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; Adriana Pechini, Presidente do Conselho Municipal do Idoso e Tânia Regina Rosa Seminari, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. A senhora Sandra Lúcia de Oliveira Teixeira, iniciou a reunião de pauta única, referente à apresentação da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2022, após breve explanação passou a palavra a senhora Adriela de Souza Curci, que deu início a apresentação. Não havendo apontamento e mais nenhum assunto a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião onde eu, Lidiane Kluiber Prudêncio lavrei a presente ata, que segue assinada pelos presentes.

Sandra Lúcia de Oliveira Teixeira

Adriela de Souza Curci

Fernanda Nishiguti Ferreira

Simone Aparecida Pinheiro de Souza Bueno

Maria de Lourdes da Silva

Adriana Pechini

Tânia Regina Rosa Seminari